



ENERGIA E ECONOMIA

Alstom vai instalar fábrica de turbina na BA (Folha de SP) 22/12/09	2
Comissão mantém Petrobras em lista de obras irregulares (Folha de SP) 22/12/09	2
CONSUMO DE GÁS NATURAL NO BRASIL CAI 19,5% EM NOVEMBRO (Folha de SP) 22/12/09	2
Venezuela envia menos energia ao país (Folha de SP) 22/12/09	2
A esquerda e os coadjuvantes (Folha de SP) 22/12/09	3
Na contramão do exterior, Bolsa de SP recua 1,3% (Folha de SP) 22/12/09	3
Governo define valor do mínimo em R\$ 510 (Folha de SP) 22/12/09	4
Mantega diz que manterá incentivo a investimento (Folha de SP) 22/12/09	5
A crise que o governo evitou (Folha de SP) 22/12/09	5
O legado de 2009 (Folha de SP) 22/12/09	6
STJ suspende condenação de Daniel Dantas na Operação Satiagraha (O Estado de SP) 22/12/09	7
Desonerações podem ser permanentes (O Estado de SP) 22/12/09	8
Mantega prevê superávit de 3,3% do PIB (O Estado de SP) 22/12/09	8
Estreito acelera as obras para gerar em outubro (Valor Econômico) 22/12/09	9
Acionistas pressionam por corte de custos na Celesc (Valor Econômico) 22/12/09	10
Aquecimento não é prioridade política na maioria dos países, diz ambientalista (Valor Econômico) 22/12/09	11
No que acreditar após a CoP-15 (Valor Econômico) 22/12/09	12
Pouco importa o fiasco de Copenhague (Valor Econômico) 22/12/09	14
Consolidar a saída da crise (Valor Econômico) 22/12/09	15
Indústria pode ter déficit comercial recorde no próximo ano, diz IEDI (Valor Econômico) 22/12/09	16
Miguel Jorge prevê superávit de US\$ 15 bi em 2010 (Valor Econômico) 22/12/09	17
Supremo arquiva ação para reduzir jornada (Valor Econômico) 22/12/09	18
Novo tempo na prevenção acidentária (Valor Econômico) 22/12/09	18
UTE Viana inicia operação em teste de 174 MW (CanalEnergia) 22/12/09	19
Tractebel anuncia compra da Suez Energia Renovável por R\$ 604 milhões (Valor Online 20:06h) 21/12/09	20
Transmissão Paulista PN fecha com alta de 2,48% (CanalEnergia) 21/12/09	20
Zilmar Souza, da Unica: Energia renovável e de qualidade retornando ao cenário (CanalEnergia) 21/12/09	21
Abar manifesta preocupação com preservação dos contratos de concessão (CanalEnergia) 21/12/09	22
Celesc inicia entrega de geladeiras a consumidores de baixa renda (CanalEnergia) 21/12/09	23
Petrobras assina aditivo ao contrato de suprimento de gás natural com a YPFB (CanalEnergia) 21/12/09	23
Definido repasse final de saldos da Recomposição Tarifária Extraordinária (CanalEnergia) 21/12/09	23
Neenergia paga R\$ 140 milhões em juros sobre capital próprio (CanalEnergia) 21/12/09	23
Sobradinho trabalha com 64,15% da capacidade (CanalEnergia) 21/12/09	24
Negociações em Copenhague ficam aquém do esperado, diz executivo da ONU (CanalEnergia) 21/12/09	24
Coelce PNA opera em queda de 1,62% (CanalEnergia) 21/12/09	25
Petrobras anuncia vencedores para construção e operação de unidade de GNL embarcado (CanalEnergia) 21/12/09	25
Guascor construirá maior parque eólico do mundo na Patagônia (CanalEnergia) 21/12/09	26
Angra 1 e Angra 2 atingem produção total acumulada de 150 milhões de MWh (CanalEnergia) 21/12/09	26
UHE Corumbá III inicia testes na segunda turbina (CanalEnergia) 21/12/09	26
Aberta audiência pública sobre instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas (CanalEnergia) 21/12/09	27

ENERGIA EÓLICA

Alstom vai instalar fábrica de turbina na BA (Folha de SP) 22/12/09

DA FRANCE PRESSE, EM PARIS

A francesa Alstom, especializada em geração de energia e em infraestrutura ferroviária, anunciou ontem a assinatura de um protocolo de acordo com o governo da Bahia para instalar sua primeira fábrica de montagem de turbinas eólicas no país.

Os investimentos deverão ser da ordem de R\$ 50 milhões, e a fábrica deverá entrar em funcionamento a partir de 2011. Com a unidade, a empresa "confirma sua estratégia na região e o desejo de se tornar um ator maior no mercado eólico brasileiro", disse o vice-presidente da Alstom Wind, Philippe Cochet.

ORÇAMENTO

Comissão mantém Petrobras em lista de obras irregulares (Folha de SP) 22/12/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Petrobras, que contava com a ajuda do PT, fracassou na noite de ontem ao tentar excluir quatro empreendimentos seus da lista de obras com irregularidades graves, sujeitas a ter repasses suspensos pela Comissão de Orçamento do Congresso.

Apesar de a Câmara ter votado a favor da estatal, o Senado, dono da palavra final, defendeu a permanência da Petrobras no relatório que detectou irregularidades.

Segundo o deputado Carlos Melles (DEM-MG), coordenador do Comitê Gestor de Obras Irregulares, a direção da empresa não apresentou oficialmente documentos solicitados, como planilhas detalhadas dos custos.

Até governistas reclamaram da estatal. "Ajudamos quem nos repassou informações", disse o vice-líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). A oposição reagiu contra a tentativa de enxugar ainda mais a lista.

"Não vamos aceitar que se empurre com a barriga ou para debaixo do tapete. Por que alocar recursos para obras paralisadas?", disse Cláudio Cajado (DEM-BA).

A estatal disse que os contratos são legais e que usa critérios distintos dos adotados pelo TCU. Nova análise será feita em fevereiro.

ENERGIA:

CONSUMO DE GÁS NATURAL NO BRASIL CAI 19,5% EM NOVEMBRO (Folha de SP) 22/12/09

O consumo diário de gás natural do Brasil caiu 19,52% em novembro ante o mesmo mês de 2008, segundo a Abegás (associação do setor de gás). A entidade atribui a retração ao aumento de preço do produto. O consumo em novembro no país foi de 37,8 milhões de metros cúbicos de gás por dia, queda de 1,36% ante outubro. Foram queimados por dia, em média, 9,88 milhões de metros cúbicos -o que equivale a 22,46% do total disponibilizado ao mercado.

Venezuela envia menos energia ao país (Folha de SP) 22/12/09

Vizinho diminuirá fornecimento a Roraima em razão de níveis baixos das águas de lago

Estado não está interligado ao sistema brasileiro; Eletronorte descarta desabastecimento e vai religar termelétricas

JEAN-PHILIP STRUCK
DA AGÊNCIA FOLHA

A Venezuela anunciou que vai suspender parte do fornecimento de energia ao Estado de Roraima. As águas do lago que abastece o complexo de Guri, no sul da Venezuela, responsável pela produção de 3/4 da energia do país e fornecedor de eletricidade para parte de Roraima, estão baixas.

A partir de janeiro, os venezuelanos vão suspender o fornecimento de 20 MW (megawatts) mensais para o Estado. Em fevereiro, planejam suspender o envio de mais 20 MW.

Boa Vista e mais cinco cidades de Roraima consomem 97 MW mensais, energia que vem exclusivamente da Venezuela, já que o sistema de distribuição de energia do Estado não está interligado ao resto do Brasil.

Para substituir a parte da energia que terá envio suspenso, a Eletronorte, empresa responsável pela compra da energia venezuelana, pretende reativar usinas termelétricas em Roraima que estavam fora de operação desde a construção da linha de transmissão com a Venezuela, em 2001.

A empresa informa que também pretende, por meio de licitação, comprar eletricidade de produtores independentes de energia (PIE).

Segundo o gerente local da Eletronorte em Roraima, Cláudio Alípio Santos, a situação não é preocupante. "Existem planos de racionamento e de emergência para suprir com energia serviços essenciais, mas é algo rotineiro. O abastecimento de energia não vai ser afetado."

Oito dos 14 municípios do Estado ainda continuam sendo abastecidos por termelétricas. A energia por geração termelétrica é mais cara, mas a Eletronorte diz que a diferença não será repassada para as distribuidoras e os consumidores. A empresa, por meio de sua assessoria, informou que pretende absorver os custos extras.

O acordo assinado entre a Eletronorte e a Edelca (empresa de energia venezuelana), em 1997, previa o fornecimento de 200 MW mensais. Boa Vista e outras cidades interligadas consumiam pouco menos da metade garantida pelo acordo.

A construção da linha permitiu, à época, segundo o governo brasileiro, a economia de R\$ 120 milhões anuais.

Crise energética

Há meses a Venezuela está envolta numa crise energética, que tem levado manifestantes às ruas para reclamar do racionamento e dos apagões.

O presidente do país, Hugo Chávez, responsabilizou a escassez de chuvas pela falta de energia. Entre outras recomendações, pediu que as pessoas usem lanterna e evitem acender a luz quando acordarem à noite para ir ao banheiro.

A esquerda e os coadjuvantes (Folha de SP) 22/12/09

FERNANDO DE BARROS E SILVA

SÃO PAULO - Entre a pesquisa Datafolha de meados de agosto e a publicada anteontem, Dilma Rousseff (PT) aparece, no cenário mais provável, com sete pontos a mais: tinha 16%, agora tem 23%. Marina Silva (PV) também ganhou cinco pontos entre uma pesquisa e outra: tinha 3%, passou a contar com 8%.

Os 12 pontos que, juntas, Dilma e Marina ganharam são os mesmos 12% que Heloísa Helena tinha em agosto. Ela foi retirada da pesquisa atual porque anunciou que pretende disputar o Senado -o PSOL, seu partido, negocia apoio a Marina.

Como Serra (PSDB) ficou onde estava, na casa dos 37%, e Ciro (PSB) oscilou dois pontos negativamente, pode-se dizer que Dilma e Marina herdaram os votos de HH. É o que pensa, por exemplo, o diretor do Datafolha, Mauro Paulino.

De cada dez votos que estavam sendo depositados em HH, seis foram parar na cesta de Dilma, outros quatro na de Marina. Ou seja, a opção de esquerda representada pela candidata do PSOL se dividiu entre o retorno ao "ninho petista", abandonado lá atrás por Heloísa Helena, e a nova dissidência do PT, de estilo mais suave, que Marina vocaliza.

A sucessão se encontra ainda na fase da "acumulação primitiva". As coisas, porém, começam a se desenhar no horizonte. O Datafolha capta, pela primeira vez, a polarização tão anunciada entre PSDB e PT.

Marina e Ciro devem ser mesmo coadjuvantes nesse jogo, mas não da mesma maneira. A primeira, identificada com a "energia limpa" num ambiente poluído pela corrupção, tende a ser a opção do voto progressista marcado pela insatisfação moral. É provável que ainda cresça.

Ciro é diferente. Sua candidatura, estrangulada por Lula, vai se desidratando. Hoje, ele se encontra reduzido a um soldado de reserva do governo que eventualmente pode ser mobilizado para impedir a vitória de Serra no primeiro turno. Para quem imaginava ser uma opção real de poder, encarnando uma espécie de terceira via infiltrada entre PT e PSDB, é um destino um pouco triste, do qual parece difícil resgatá-lo.

Na contramão do exterior, Bolsa de SP recua 1,3% (Folha de SP) 22/12/09

Quedas de Petrobras e Vale pesam; dólar vai a R\$ 1,785

FABRICIO VIEIRA
DA REPORTAGEM LOCAL

A Bolsa de Valores de São Paulo perdeu fôlego no fim do pregão e acabou por fechar em sentido inverso ao registrado nos mais relevantes mercados acionários mundiais. Depois de marcar alta de 1,31% no pico do dia, a Bovespa recuou para encerrar com baixa de 1,30%.

Analistas têm alertado para o risco de nesses últimos pregões do ano grandes aplicadores e fundos se desfazerem de forma mais intensa de suas ações com a finalidade de apresentarem os melhores resultados possíveis no balanço de 2009.

Além disso, ontem o pregão foi atípico, pois houve o exercício de opções, que turbinou o volume negociado. A movimentação de ontem alcançou R\$ 9,8 bilhões -34% acima da média diária do mês.

Na Europa, a escalada do petróleo favoreceu os resultados das petrolíferas e ajudou as Bolsas a terminarem em alta. Em Londres, a Bolsa subiu 1,87%; em Frankfurt, a alta foi de 1,70%. Com o frio mais intenso, os contratos de petróleo subiram durante boa parte do dia. Mas, como ocorreu com a Bovespa, recuaram no fim das operações -quando o mercado europeu já estava fechado. Em Nova York, o barril do produto terminou com baixa de 1,2%, a US\$ 72,47. Os pregões também foram de ganhos em Wall Street. O índice Dow Jones, que agrupa 30 das ações americanas mais negociadas, subiu 0,83%. A Bolsa eletrônica Nasdaq subiu 1,17%.

A queda das ações de maior liquidez do índice Ibovespa não permitiu que o mercado doméstico se beneficiasse do clima externo favorável. Em seu quinto dia seguido de baixa, passou a estar entre os mercados que mais perderam em dezembro. No acumulado do mês, tem queda de 1,67%.

Entre as maiores Bolsas, destacam-se no mês a de Tóquio, onde o índice Nikkei sobe 8,97%; a Nasdaq, com alta mensal de 4,34%; e a Bolsa de Londres, com 1,99%.

Mas o resultado anual da Bovespa ainda está entre os maiores destaques no mundo. Sua valorização acumulada em 2009 está em 75,56%. Em dólares, que é o que interessa aos investidores estrangeiros, o Ibovespa tem ganhos de 127,8%.

A Bolsa de Londres, por exemplo, registra alta de 19,39% no ano. O Dow Jones tem ganhos de 18,66%. E, em Tóquio, a alta registrada em 2009 é de 14,94%.

Nos últimos dias, os estrangeiros têm comprado volumes menos expressivos de ações brasileiras, segundo operadores de corretoras. Mas o balanço de seus negócios no mês está positivo, em R\$ 400 milhões.

Ações em baixa

As perdas de Petrobras e Vale, que concentraram quase 28% das operações realizadas no pregão de ontem, não foram pequenas -acabaram sendo decisivas para o resultado da Bolsa. As ações preferenciais da Petrobras recuaram 3,24%. Para o papel Vale PNA, o dia foi de baixa de 1,32%.

Na outra ponta, a ação preferencial da Braskem liderou as altas, com 3,79% de ganhos.

Se o dia foi de baixa para a Bovespa, no câmbio o dólar recuperou um pouco de terreno. A moeda americana subiu 0,11%, cotada a R\$ 1,785.

Governo define valor do mínimo em R\$ 510 (Folha de SP) 22/12/09

Reajuste nominal corresponde a 9,68%, com ganho real em torno de 6%; novo piso entrará em vigor dentro de dez dias

Decisão será tomada hoje, por medida provisória; benefícios da Previdência acima do mínimo terão reajuste de cerca de 6,2%

VALDO CRUZ
FERNANDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal definiu em R\$ 510 o novo valor do salário mínimo, que passa a vigorar dentro de dez dias, em 1º de janeiro do próximo ano. Isso equivale a um reajuste nominal de 9,68%. Há, portanto, a concessão de aumento real, estimado em 6%.

A decisão será tomada hoje em reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o ministro Paulo Bernardo (Planejamento). Teoricamente, poderá haver mudanças, mas a tendência é Lula optar por esse valor e não o de R\$ 507, calculado com base nas novas regras de aumento do salário mínimo e incluído no projeto de Orçamento para 2010 em votação no Congresso.

O impacto do novo mínimo de R\$ 510 nas contas da Previdência será de cerca de R\$ 4,6 bilhões em 2010. Se fosse de R\$ 507, ficaria em R\$ 4 bilhões, segundo dados do governo. Cada R\$ 1 de aumento real representa cerca de R\$ 200 milhões a mais nas despesas do INSS.

O aumento será concedido por meio de medida provisória, que vai tratar também do reajuste das aposentadorias acima do mínimo -que deve ficar em 6,2% em termos nominais, com ganho real de 2,5%.

O texto da MP vai incluir a regra de reajuste do salário mínimo até 2023, com revisões periódicas, com base na inflação mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Nesse cálculo, o reajuste seria de 8,9%, elevando o mínimo em 2010 dos atuais R\$ 465 para R\$ 506,25.

O relator do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), decidiu arredondar para R\$ 507, mas a equipe do Ministério do Planejamento irá apresentar a Lula a proposta de aumento para R\$ 510 por conta das dificuldades operacionais relacionadas com as máquinas de saque de dinheiro.

Essas máquinas, em geral, trabalham com cédulas de R\$ 10. Em alguns casos, são programadas para notas de R\$ 2 e R\$ 5. Para facilitar o trabalho de pagamento, o valor seria arredondado para R\$ 510.

Além da questão técnica, Lula deve levar em consideração que esse é o último reajuste do salário mínimo durante seu governo, que adotou uma política de valorização do piso do país.

Durante seu primeiro mandato, o petista já concedeu aumento real de 25,32% ao mínimo. Neste segundo, que termina ao final de 2010, o aumento real ficará entre 22% e 23% em relação ao INPC. Assim, nos dois mandatos, o mínimo terá ganho real de ao menos 53%.

Esse índice, apesar de maior do que o dos oito anos do governo FHC, ainda está distante do prometido na campanha, quando Lula afirmou que iria dobrar o valor real do mínimo.

No primeiro mandato, FHC elevou o valor real do mínimo em 19,67%; no segundo, em 20,56%. Assim, em oito anos de mandato (1995-2002), FHC elevou o mínimo em 44,27%.

Benefícios

No caso dos benefícios da Previdência Social de valor acima do salário mínimo, Lula deve optar pela regra que vinha sendo negociada com os aposentados -cálculo do reajuste com base na inflação, acrescida de metade da variação do PIB de dois anos antes.

Esse mecanismo, porém, não será incluído no texto da medida provisória a ser assinada ainda nesta semana, que vai tratar o aumento real dos benefícios como "recuperação de perdas passadas". Com isso, o reajuste desses benefícios será de 6,2% também em janeiro.

O governo optou pelo aumento por MP depois que decidiu barrar a votação no Congresso de projetos de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que estendiam o aumento do mínimo também aos benefícios de valor acima do piso salarial.

A justificativa é que o impacto seria elevado nas contas do governo. Pelo projeto de Paim, o gasto extra com os benefícios acima do mínimo passaria de R\$ 6 bilhões. Agora, será de, no máximo, R\$ 3,5 bilhões.

Ontem, o presidente Lula já antecipou a linha de sua decisão ao ser questionado, durante conversa de final de ano com os jornalistas, sobre o reajuste dos aposentados.

"A Previdência tem um limite; a Previdência tem uma arrecadação. A gente não pode pagar o que a gente não tem", afirmou, acrescentando que "não posso fugir do limite do bom senso, para o bem deles [aposentados], porque, se a Previdência quebrar, será mau para todos os brasileiros".

Para se defender da reação contrária de algumas entidades de aposentados, que reivindicam o reajuste pelo PIB integral, Lula disse: "Os aposentados não tiveram um centavo de prejuízo [na administração petista]; nós repusemos aos aposentados brasileiros aquilo que foi a inflação".

Colaborou MARCOS CÉZARI , da Reportagem Local

Mantega diz que manterá incentivo a investimento (Folha de SP) 22/12/09

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o governo vai retirar o corte de impostos sobre bens de consumo nas datas previstas, mas a desoneração para projetos de investimentos será permanente.

"Parte dos estímulos vai terminar de acordo com o cronograma estabelecido. A maioria termina em março. Portanto, aproveitem, porque isso vai acabar. Agora, estímulos como redução de IPI para bens de capital vieram para ficar de fato. Não pretendemos recolocar a alíquota original para máquinas, equipamentos, peças e componentes", disse Mantega ontem à Agência Brasil.

O ministro afirmou ainda que os incentivos fiscais do governo tiveram início antes da eclosão da crise global.

"Não foi agora que começamos a desonerar o investimento, mas em 2007. Já fizemos R\$ 100 bilhões de desoneração", acrescentou.

Superavit primário

De acordo com Mantega, foi preciso diminuir temporariamente o esforço fiscal para manter a atividade econômica no momento mais agudo da crise. Ele ressaltou, porém, que a meta de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) -de 3,3% do PIB no próximo ano- será mantida.

Segundo ele, a queda no esforço fiscal foi temporária e necessária para manter o ritmo da economia após o agravamento da crise financeira mundial. Ele destacou que, a partir do próximo ano, a dívida pública deve recuperar a trajetória de queda.

A crise que o governo evitou (Folha de SP) 22/12/09

VINICIUS TORRES FREIRE

Para Itaú Unibanco, PIB teria caído 3% sem gasto público extra, redução de impostos, crédito estatal e ação do BC

A RECESSÃO no Brasil teria sido muito maior caso o governo não tivesse adotado medidas de estímulo. Isso agora é mais do que óbvio. Quão maior? Nas contas dos economistas do Itaú Unibanco, o PIB de 2009 teria vindo a encolher 3,2%, em vez de apenas estagnar, "crescer zero". Os economistas fizeram a previsão de um futuro que não aconteceu - um exercício "contrafactual". Isto é, dadas certas teorias, premissas e pressupostos sobre o funcionamento recente da economia, procura-se estimar o que poderia ter sido, mas não foi.

Para prever esse futuro virtual, os economistas estimaram que o Banco Central teria começado a reduzir juros apenas no segundo trimestre deste ano, de "modo gradual", dizem. Hipergradual, deve-se dizer, pois o BC começou a reduzir juros apenas em janeiro deste ano. Quando a economia mundial já afundava, o BC vinha numa campanha que levaria os juros a 13,75% dias antes da grande semana de quebra de bancos nos EUA, em meados de setembro de 2008. Segundo o Itaú Unibanco, os cortes de juros contribuíram para evitar queda adicional de 0,8 ponto percentual do PIB. O exercício levou em conta apenas o IPI sobre veículos - considerou-se que não teria havido redução da alíquota vigente em setembro de 2008. Supôs-se que os gastos do governo, as transferências sociais (INSS, Bolsa Família etc.) e os empréstimos do BNDES cresceriam apenas no ritmo médio dos trimestres antecedentes.

No modelo, a fatia de mercado de Banco do Brasil e CEF foi a verificada antes de setembro de 2008. Note-se que, até meados do ano, os bancos estatais eram responsáveis por 80% do aumento do estoque de crédito.

As medidas fiscais e o aumento do crédito oriundo de instituições públicas contribuíram para evitar uma baixa adicional de 2,1 pontos percentuais do PIB.

Exercícios contrafactuais padecem dos problemas sabidos de qualquer estimativa. Mas a vida é assim mesmo, e é melhor fazer previsões do que caminhar no escuro. Mais relevante para a discussão é que a ocorrência simultânea de certos fatos é muito improvável (os economistas sabem disso, óbvio). Mesmo com o nosso BC conservador, os juros não ficariam na lua se o desemprego explodisse, a produção despencasse e os gastos do governo não crescessem. É provável que os juros caíssem mais rápido e para um nível mais baixo do que o atual. Para um nível quão mais baixo? Teriam um efeito tão imediato como o aumento de gastos e crédito estatal?

Não se trata apenas de questões de futurologia do pretérito. As políticas monetária (juros, BC) e fiscal (gastos, Fazenda) são descoordenadas. O governo gasta demais, por costume. Na crise, gastou ainda mais também porque desconfiava do conservadorismo do BC. O BC desconfia do governo perdulário, e assim torna-se mais conservador. O problema vai além disso, claro, mas a crise serviu para ilustrar outra vez como nossa política econômica é bifronte.

Enfim, o resumo da ópera da equipe do Itaú Unibanco é "valeu a força", mas chegou o momento de tirar o excesso de estímulo, dado o risco de inflação (em 2011). Parece óbvio. Mas, a fazê-lo, o mais racional é pisar mais fundo no freio dos gastos do que no breque dos juros.

vinit@uol.com.br

O legado de 2009 (Folha de SP) 22/12/09

BENJAMIN STEINBRUCH

O ano ficará na história para mostrar que a economia brasileira reage rapidamente a estímulos fiscais e monetários

UM ANO atrás, o ambiente econômico estava carregado de indistigável apreensão e nervosismo. Já se sabia que, pela primeira vez depois de décadas de prosperidade, o mundo entraria em recessão.

Todos concordavam com essa perspectiva mundial. No Brasil, havia dúvidas sobre o comportamento da economia. Às vésperas do Natal do ano passado, concluí artigo nesta página dizendo que, excluído o exorbitante custo financeiro, não havia nada de errado com o Brasil. E acrescentei que o país, mesmo atingido pela tempestade da crise, poderia manter seu rumo, desde que fizesse alguns ajustes internos.

Há um ano, as mentes menos ortodoxas sugeriam que a mais importante tarefa para escapar da recessão era criar mecanismos de estímulo ao mercado interno, de forma a compensar a inevitável queda das exportações decorrente da menor demanda global. A receita básica incluía a continuidade das desonerações tributárias, de forma a manter o consumo em nível elevado. Compreendia também a adoção de uma política de juros mais realista, para que os financiamentos à produção e ao consumo pudessem crescer.

Àquela altura, os juros básicos no Brasil eram de 13,75% ao ano, enquanto nos EUA, por exemplo, já haviam caído para um intervalo entre zero e 0,25% anual, nível mais baixo em 50 anos. Outro ingrediente da receita era impedir a retomada da tendência da sobrevalorização do real, que havia sido atenuada com a crise externa - em dezembro de 2008, a cotação média do dólar foi de R\$ 2,37.

Um ano se passou e, às vésperas do Natal, a avaliação do desempenho brasileiro em 2009 é, felizmente, positiva. O país deve terminar o ano com o PIB no mesmo valor do ano passado. Diante da recessão internacional e das condições gerais adversas, o crescimento zero é um feito a ser comemorado.

Deu certo, por exemplo, acreditar no efeito da redução de impostos. Na contramão do que ocorreu nos EUA e na Europa, a indústria automobilística brasileira pode ter a maior produção anual de sua história, com 3,2 milhões de veículos. Deve esse resultado ao mercado interno, turbinado pela oferta de crédito e pelo corte no IPI. Desonerações para eletrodomésticos, computadores, móveis e outros itens também tiveram efeito positivo nas vendas. Incentivos na área habitacional, de outra parte, colocaram a indústria da construção civil em um novo ciclo de expansão. Na área monetária, a receita foi aviada pela metade. Os juros básicos foram reduzidos para 8,75% ao ano e aí ficaram, um dos níveis ainda mais altos do mundo. O impacto para o tomador de crédito foi importante, mas poderia ter sido maior. Em média, o juro cobrado pelos bancos em novembro foi o mais baixo em 15 anos. Mas a taxa média -6,95% ao mês- é ainda abusiva. Basta dizer que significa 124% ao ano, para uma inflação de 4,5%. O ano de 2009, portanto, ficará na história para mostrar que a economia brasileira reage rapidamente a estímulos fiscais e monetários. Essas armas poderosas, entre elas o exercício da desoneração tributária, podem e devem ser usadas em diferentes situações para incentivar a produção e criar empregos. Durante muitos anos, por ideologia ou falta de audácia, elas foram relegadas. Esse é um legado de 2009 para ser lembrado às vésperas de um Natal que poderia se dar em clima recessivo, como em muitos países, mas que será comemorado em ambiente de otimismo e esperança. Boas festas a todos.

BENJAMIN STEINBRUCH , 56, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).
bvictoria@psi.com.br

STJ suspende condenação de Daniel Dantas na Operação Satiagraha (O Estado de SP) 22/12/09

Habeas corpus concedido pelo ministro Esteves Lima a pedido da defesa do banqueiro vale ao menos até fevereiro

Fausto Macedo

Três dias depois de ser afastado do caso MSI-Corinthians - inquérito sobre suposto esquema de evasão de divisas -, o juiz federal Fausto Martin De Sanctis conheceu novo revés. Por decisão do ministro Arnaldo Esteves Lima, da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), está suspensa toda a Operação Satiagraha - investigação contra o banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity.

A medida tem alcance ilimitado. Bloqueia qualquer ato relativo à Satiagraha, inclusive a ação penal que culminou na condenação de Dantas a 10 anos de prisão por crime de corrupção ativa - sentença imposta por De Sanctis, em novembro de 2008, que era alvo de apelação da defesa perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Está suspenso também o processo principal da Satiagraha - em que Dantas foi denunciado pela Procuradoria da República por crimes financeiros, evasão e lavagem de dinheiro. A acusação teve base no inquérito da Polícia Federal, inicialmente dirigido pelo delegado Protógenes Queiroz, depois restaurado pelo delegado Ricardo Saadi.

A liminar de Esteves Lima, relator do habeas corpus impetrado no dia 9 pelos advogados de Dantas, tem impacto até sobre outros três inquéritos que a PF abriu a partir de decreto de De Sanctis.

Até julgamento de mérito, a Satiagraha está congelada e De Sanctis não poderá baixar nenhum ato, nem mesmo medida cautelar - buscas, interceptação telefônica ou quebra de sigilo. Fica sobrestada ainda a cooperação internacional - os EUA estavam ajudando a rastrear supostas contas do banqueiro no exterior.

A determinação do ministro relator foi lançada no sistema eletrônico do STJ às 20h52 da sexta-feira. Por telegrama, ele comunicou sua decisão aos 35 minutos do sábado à desembargadora Marli Marques Ferreira, presidente do Tribunal Regional Federal. A mensagem é taxativa. "Proferi decisão deferindo a liminar para determinar o sobrestamento da apelação criminal, da ação penal e de outros procedimentos sujeitos ao provimento jurisdicional do referido magistrado até o julgamento de mérito deste habeas corpus."

Por meio do habeas corpus, a defesa de Dantas alega que o juiz, titular da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, é suspeito para conduzir a Satiagraha. O embate entre os advogados de Dantas e o magistrado se arrasta desde julho de 2008, quando o banqueiro foi preso por duas vezes consecutivas - nas duas oportunidades, o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltá-lo.

O julgamento do mérito do habeas corpus poderá ser colocado em pauta a partir de fevereiro. Mas é provável que o caso fique mesmo com o STF, que dá a palavra final em matérias constitucionais.

O advogado Tiago Cedraz Leite Oliveira, que integra a defesa de Dantas, recebeu com cautela a liminar. "O que se tem é a suspensão das ações penais em curso. É apenas o primeiro passo para que seja apreciada a arguição de suspeição do juiz."

Desonerações podem ser permanentes (O Estado de SP) 22/12/09

Lula admite a hipótese de manter para alguns produtos as isenções fiscais concedidas como estímulo contra crise

Beatriz Abreu e Vera Rosa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu ontem a possibilidade de tornar permanente as desonerações fiscais praticadas para estimular a atividade econômica. A medida pode ser implementada dependendo das condições da economia e da realidade de cada setor. "Algumas das desonerações podem se tornar permanentes", disse Lula em café da manhã com jornalistas no Centro Cultural do Banco do Brasil.

A indústria automobilística, de bens de capital, moveleira e fabricantes de produtores de linha branca, como geladeira e fogão, estão beneficiadas com a redução do IPI. Os produtores de trigo, farinha de trigo e pão francês estão dispensados do pagamento do PIS/Cofins até dezembro de 2010.

O governo, segundo Lula, não considera a necessidade de novas desonerações em 2010. A redução de impostos, na avaliação do Planalto, estimulará maior fabricação de produtos, maior consumo e mais vendas, o que fortalecerá a arrecadação. Lula aposta que 2010 será um ano de "crescimento vigoroso", mas evitou fazer previsões.

Tampouco quis arriscar qual o resultado do PIB para este ano. "Não vou fazer previsões porque quem faz previsões são os economistas. Não posso ficar falando se é +0,50% ou -0,50%", disse.

Para Lula, a inflação deve continuar baixa. Ele garantiu que, na eventualidade de a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, vencer as eleições presidenciais, ela não irá abrir mão do controle da inflação. "Não vamos abdicar dessa política", disse. "É difícil mudar o que está dando certo. Só se pode aperfeiçoar", comentou. "A Dilma tem juízo político e econômico. Não rasga nota", acrescentou. Mas descartou a hipótese de o governo elevar a meta de superávit primário para 2010 de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

A revisão dessa meta (que se refere a poupança para o pagamento dos juros da dívida) é defendida por críticos dos aumentos de gastos, principalmente salarial, como sinal de que a austeridade fiscal será retomada. "Não abandonaremos uma política fiscal séria". Avisou, no entanto, que o governo não fará um arrocho salarial. "A máquina pública estava desmantelada, destruída, atrofiada e os funcionários públicos de alto escalão estavam porcamente remunerados". "O governo que aumenta o superávit para 4,5% do PIB pode também reduzi-lo".

Lula descartou a edição de uma medida provisória para definir nova regra de reajuste para os aposentados que ganham acima do salário mínimo. "Isso só acontecerá quando houver acordo com as centrais sindicais. A Previdência tem limites", disse.

A MP a ser editada nos próximos dias se refere apenas ao salário mínimo. A proposta orçamentária em discussão no Congresso prevê reajuste para R\$ 510,00.

Mantega prevê superávit de 3,3% do PIB (O Estado de SP) 22/12/09

Meta mais apertada é para 2010 e deve ser obtida sem a utilização dos abatimentos permitidos pelo PAC

Adriana Fernandes e Fabio Graner

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fará um grande esforço para transmitir uma imagem de austeridade fiscal em 2010, mesmo diante do fato de que renúncias fiscais e aumentos de despesas correntes já estão contratadas para o ano eleitoral. Ele se comprometeu a cumprir a meta mais alta de superávit primário - economia para pagar juros da dívida -, de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, sem utilizar os abatimentos permitidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tudo isso tem base na aposta de recuperação das receitas, já que o País deverá crescer em ritmo bem mais acelerado.

Ao mesmo tempo em que quer entregar um resultado fiscal mais "robusto", Mantega não quer tirar o pé do acelerador dos investimentos públicos. Afinal, as obras garantem expansão maior da economia brasileira e reforçam os dividendos eleitorais. Por isso, apesar de perseguir o cumprimento da meta, a equipe econômica sabe que poderá abater 0,65% do PIB em obras do PAC previstas no Orçamento de 2010. Há ainda a possibilidade de deduzir os chamados "restos a pagar" referentes a 2009, que podem somar 0,4% do PIB.

O governo também dispõe de mais de 0,5% do PIB no Fundo Soberano do Brasil (FSB). O fundo não foi usado neste ano de crise, mas por várias vezes a equipe econômica sinalizou que pretende utilizá-lo em 2010, apesar da expectativa de incremento na atividade econômica. O resgate do FSB é contabilizado como receita primária, o que permitiria ampliar gastos públicos.

A utilização do FSB, no entanto, não é pacífica. Os críticos argumentam que não faz sentido sacar essa poupança de natureza anticíclica em contexto de crescimento econômico.

Fontes da área técnica da equipe, entretanto, preferem focar o discurso na aposta da retomada da arrecadação e também na desaceleração do ritmo de crescimento das despesas, já que os maiores gastos previstos foram feitos em 2009. Essa combinação, avaliam, colocaria as contas públicas em uma situação mais confortável e tornam factível o cumprimento da meta. Mantega enfatiza o compromisso com o alvo de 3,3% do PIB para o superávit e se sente "responsável" no governo por entregar esse resultado.

Outro motivo que leva o ministro a direcionar esse discurso em favor do cumprimento da meta mais ambiciosa em 2010 é a preocupação em não adicionar volatilidade ao mercado no ano das eleições. A avaliação é que em 2002 o governo Fernando Henrique Cardoso contribuiu para adicionar volatilidade ao mercado. E agora a equipe econômica diz pretender o contrário, transmitindo segurança econômica em um momento normalmente cercado de incerteza.

A tentativa do governo de afastar a desconfiança com a sustentabilidade da política fiscal tem como uma das principais razões o aumento da preocupação dos analistas com o crescimento da dívida bruta do setor público, indicador que contabiliza todos os passivos do governo.

Embora a dívida líquida tenha uma tendência declinante em 2010, a dívida bruta aumenta rapidamente, principalmente com as operações compromissadas que o Banco Central (BC) é obrigado a fazer no mercado para retirar o excesso de liquidez (dinheiro livre) na economia. Essas operações aumentaram com as compras de dólares do BC e com os empréstimos do Tesouro ao BNDES.

O problema maior do crescimento da dívida bruta é que os ativos e os passivos são remunerados com taxas diferentes, o que traz mais custo fiscal para o governo. Exemplo dessa discrepância é a remuneração das reservas (ativos), a juros baixos em dólar, e os títulos públicos (passivos), emitidos para aquisição da compra da moeda norte-americana pelas operações compromissadas. Outro exemplo é o empréstimo para o BNDES, em que a taxa de remuneração do Tesouro é mais baixa do que as operações que o BC tem que fazer para enxugar esses recursos quando entrarem no mercado.

Estreito acelera as obras para gerar em outubro (Valor Econômico) 22/12/09

Cláudia Schüffner, de Estreito (MA)

Terceira maior hidrelétrica em construção no Brasil, atrás apenas de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, a usina Estreito, no rio Tocantins, está sendo tocada a pleno vapor. Os equipamentos de montagem consomem mensalmente 3 milhões de quilowatts/hora, o equivalente ao consumo de 4,17 MW (3% da capacidade de geração de cada turbina). A conclusão está prevista para dezembro de 2011, mas a primeira turbina das oito Kaplan com potência de 135 MW cada entra em operação antes: em outubro de 2010. As demais, logo a seguir - 60 dias uma após a outra.

Estreito está movimentando várias cidades no sul do Maranhão e noroeste do Tocantins, na sua área de influência, e não é à toa. A construção, orçada em R\$ 4,6 bilhões, vai afetar a vida de 9 mil famílias que moram na área de abrangência da obra. São 12 municípios.

No total, até o momento, 3.554 proprietários e não proprietários de terras já foram ou estão sendo indenizadas pelo Ceste, consórcio formado pela GDF Suez (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Camargo Corrêa Energia (4,44%). O presidente do Ceste, José Renato Ponte, explica que o número de famílias atingidas é maior que o de pessoas reassentadas porque há propriedades onde vivem famílias que serão atingidas sem, necessariamente, serem remanejadas.

Para formar o lago da hidrelétrica, com 555 km quadrados, serão inundadas seis praias de água doce que são fonte de lazer e turismo na região. Como reparação por esse dano, o Ceste vai construir oito praias ao longo do novo trecho do Tocantins (as seis de antes e duas negociadas com comitês formados nas cidades afetadas). Serão também desmatados 8 mil hectares de vegetação e animais que vivem ali já estão sendo capturados.

Norma Villela, diretora de Socioeconomia do Ceste, foi a responsável pela longa negociação com os proprietários e não proprietários afetados pela obra. Dos doze municípios na área de influência do projeto, cinco serão afetados diretamente pelo desvio do rio: Carolina, Babaçulândia, Filadélfia, Barra do Ouro e Palmeirante. A obra tem o vertedouro localizado em Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO) na margem esquerda do rio, enquanto a casa de máquinas fica do outro lado, na margem direita, próximo a Estreito (MA). As ações socioambientais custaram R\$ 450 milhões até agora.

Um dos eventos mais importantes para a usina aconteceu dia 15 de setembro, quando foi concluído com sucesso o desvio do rio, que representou a superação de "uma pilha de problemas", como diz Ponte. "Existiam algumas questões geológicas que precisaram ser resolvidas que exigiram um esforço monstruoso para manter a obra dentro do prazo", afirma.

O licenciamento ambiental da obra prevê a reconstrução de trechos da rodovia BR-010/230, federal, as construções de 27 acessos e 29 pontes de madeira em rodovias municipais e vicinais, além da recomposição de doze atracadouros de balsas e barcos. A fase agora é de montagem da primeira unidade da casa de força. A parte eletromecânica ficou a cargo do consórcio formado pela Voith-Siemens e Alstom.

Estreito vai gerar 1.087 megawatts (MW) de energia, o suficiente para suprir uma cidade de 2 milhões de habitantes na região Sudeste ou de 4,2 milhões de pessoas na região Norte, onde o consumo per capita é menor. Toda a energia será destinada aos sócios, que são autoprodutores.

Para conectar a usina ao sistema interligado nacional (SIN) a Isolux negocia com 175 proprietários a passagem de uma linha de transmissão com 150 km até a cidade de Imperatriz. Ontem, a Tractebel Energia deu o primeiro passo para adquirir a parcela de 40,07% que sua controladora GDF Suez tem em Estreito. A aquisição ainda depende de aprovação do BNDES e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A repórter viajou a convite do Ceste

Energia: Conselho aprova PDV para cortar 40% da folha de pagamentos

Acionistas pressionam por corte de custos na Celesc (Valor Econômico) **22/12/09**

Josette Goulart, de São Paulo

Sérgio Alves, presidente da Celesc, diz que o orçamento de 2010 prevê corte de 20% a 25% em outros custos. A Celesc vai iniciar 2010 em uma encruzilhada na qual terá de decidir se prossegue na gestão política que há anos a vem caracterizando ou se promove um profundo corte de custos sob pena de não ter sua concessão renovada em 2015. A empresa gasta cerca de 60% a mais do que está estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Só de gastos com pessoal o corte precisa ser de 40%, um passo importante mas difícil para uma das companhias que mais emprega em seu Estado e que é comandada pelo governo estadual que já vive o clima das próximas eleições.

Desde o início do ano, os acionistas minoritários têm jogado suas cartas numa tentativa de fiscalizar seu patrimônio e levar a Celesc ao caminho dos cortes ou pelo menos que a sangria do caixa seja estancada. Fazem isso com o poder de quem detêm quase 80% do capital. Eles não admitem que uma empresa com faturamento anual próximo a R\$ 5 bilhões não dê retorno a seus acionistas em função de alto custeio. Entre os maiores acionistas estão a Previ, a Eletrobrás e a Tarpon Investimentos. O governo do estado tem hoje 20,20% do capital total, mas é controlador com 50,18% das ações ordinárias. O segundo maior acionista é a Previ, com quase 15% do capital total.

No rumo dos cortes de custos, foi aprovado no início de dezembro, pelo conselho de administração, um plano de demissão voluntária. O presidente da Celesc, Sérgio Alves, diz que a expectativa é que dos mais de 3,5 mil funcionários diretos da companhia, pelo menos 800 que tem mais de 25 anos de casa entrem no plano. "Minha preocupação é com a retenção do conhecimento, o ideal seria que a adesão fosse maior na parte administrativa", diz Alves.

Já a maior preocupação dos acionistas é a de que o PDV desta vez será efetivo. Isso porque em 2002 a empresa também fez um programa como esse com adesão de 1000 pessoas e em seguida recontratou 1.018 funcionários. Só os gastos com a folha de pagamento da empresa, de R\$ 500 milhões, já é maior que o total de gastos permitido pela Aneel.

Alguns outros custos, entretanto, começaram a ter maior controle. O presidente da Celesc diz que o orçamento de 2010 já prevê um corte de 20% a 25% nos outros gastos gerenciáveis da companhia. Neste ano, a empresa também conseguiu renegociar com os clientes inadimplentes. O balanço do terceiro trimestre mostra que a inadimplência no ano, com atrasos superior a 30 dias, chega a R\$ 383 milhões. O cliente industrial responde por R\$ 175 milhões.

Não faltam relatos de acionistas ou funcionários da companhia de que o maior problema é com clientes com acesso fácil ao governador do Estado ou que ameacem demitir seus funcionários. De qualquer forma, pelo menos os contratos vencidos foram renegociados. As cinco principais indústrias têxteis devem pagar os R\$ 100 milhões que devem em 36 meses.

Mas a sombra do uso político da companhia ainda é forte, mesmo com a saída de Eduardo Pinho Moreira no meio do ano por forte pressão dos minoritários. Em seu lugar assumiu Alves, que era presidente da Celesc Distribuidora. Para o cargo de Alves assumiu Ricardo Rabelo. Mas Rabelo deixou o cargo alguns meses depois em meio a discussões de que não conseguiria administrar tantos vícios de contratos. Funcionários relatam que o grande problema é que muitos diretores ligados a políticos continuam em seus cargos. A solução para profissionalizar seria se o acordo de acionistas fosse revisto e alguns cargos pudessem ser indicados também pelos minoritários.

Os problemas da Celesc foram tantos ao longo do ano que ela chegou a ficar meses sem seguro de seus ativos. Mas a culpa foi da crise, pois as resseguradoras resolveram selecionar mais seus clientes. Agora, os acionistas parecem acreditar que a companhia deve seguir seu rumo. O atual presidente da holding defende que o próximo governo mantenha em seu campo de discussão uma possível privatização da companhia. No meio deste ano, a Previ tentou aumentar o nível de governança levando a companhia para o Novo Mercado da Bolsa de Valores. Sem sucesso, por forte pressão dos funcionários.

Aquecimento não é prioridade política na maioria dos países, diz ambientalista (Valor Econômico) 22/12/09

Daniela Chiaretti, de Copenhague

Antonio Hill, conselheiro político da ONG Oxfam: sensibilidade ao tema deve aumentar nos próximos anos
Antonio Hill, 38 anos, é um dos ambientalistas mais conhecidos no circuito da mudança climática. Há nove anos ele é conselheiro político da Oxfam, uma das maiores ONGs internacionais e de forte perfil social. Hill trabalhou com projetos ambientais e de agricultura na Etiópia, Senegal, China e sul da Índia. Um dos nós da negociação climática, diz, é o descompasso da percepção do problema nos vários países. "Na maioria dos países do Sul, o tema não sobe nas prioridades dos governos."

A Oxfam costuma lembrar que nos países ricos vive 20% da população mundial, mas eles respondem por 60% das emissões industriais desde 1990; que a Índia tem 17% da população mundial, mas só 4% das emissões globais de CO₂; que vivem nos EUA 5% da população do planeta, mas ali ocorrem 22% das emissões de CO₂. Já a Europa tem 7% da população global e 15% das emissões. "É preciso dividir a emissão de gases-estufa pela população de cada país", defende. "Este é um critério justo."

Valor: Porque tudo deu errado em Copenhague?

Antonio Hill: Por vários motivos, mas também porque há um grande desequilíbrio no entendimento do problema pelas pessoas e a conscientização também é muito diferente entre os países.

Valor: Diferente como?

Hill: No Reino Unido, por exemplo, a questão climática começou a ser debatida há cinco, seis anos. Os EUA estão atrasados ao menos uma década e não deram a mínima para o relatório do IPCC [Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, o braço científico das Nações Unidas] de 2001. E nos países em desenvolvimento, este quadro é ainda pior.

Valor: O tema não é conhecido?

Hill: Na Colômbia, onde moro, se fala um pouco da Amazônia, das florestas e só. As mudanças climáticas não estão na agenda dos países do Sul. Eles têm outras prioridades, que são legítimas, mas que são interligadas, e eles não têm essa percepção. Em lugares como a Dinamarca, o mesmo ministro cuida de clima e energia. No Reino Unido, ambiente e agricultura estão na mesma pasta. Na maioria dos países do Sul, o tema é do ministro do Meio Ambiente e não sobe na hierarquia do governo, está longe de ser um assunto fundamental. A exceção são as pequenas ilhas, mas elas têm pouco poder no debate internacional. O tema não existe em países africanos.

Valor: E ali o impacto da mudança do clima já é importante, não é?

Hill: Sim. Este assunto mudará de patamar, na próxima década. Deixará de ser um problema importante para virar urgente. Até 2015, o número de refugiados climáticos dobrará, e serão 150 milhões de pessoas ao redor do mundo em 2050. Chegarão a 250 mil pessoas por ano nos próximos cinco anos, pelos nossos números.

Valor: Como o sr. vê a polarização do diálogo entre EUA e China?

Hill: É crítico. Em seu discurso, o presidente Obama sequer mencionou a China, mas todos sabíamos a quem ele se referia. Obama disse que os EUA são o segundo emissor, mas não mencionou que as emissões per capita americanas são quatro vezes maiores que as chinesas. Isso, em Washington, não se entende. Obama mudou as palavras da Convenção, do princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas. Ele falou em respostas comuns. Isto mostra como ele vê o problema.

Valor: Como o sr. vê o problema?

Hill: Como uma questão global, na qual é preciso que os EUA entrem junto para que possamos mitigar as emissões do mundo. É preciso ver todas as emissões na atmosfera e dividi-las pela população dos países, que é o critério justo. Mas se Obama diz aqui, agora, que as respostas são comuns e não as responsabilidades, isso é preocupante.

Valor: Como o sr. viu a participação do Brasil?

Hill: O discurso do presidente Lula me pareceu muito bom porque foi na direção de restabelecer a certeza e a confiança entre os países. O que falta aqui [em Copenhague] é uma reconciliação. Mas rancores não vão nos levar a nada. E Lula foi o primeiro a dizer que se sentia frustrado com o encaminhamento das negociações.

Valor: Qual a urgência de haver decisões?

Hill: Muito grande. É preciso que um acordo seja ratificado pelos países em 2013, quando termina o primeiro período de Kyoto. E os países precisam de algum tempo para ratificar essas decisões. Em outro front, é necessário que a lei de clima e energia passe no Congresso dos EUA na primavera deles [no segundo trimestre], porque depois começa o processo eleitoral do Congresso e vai ficar muito difícil.

Valor: Como fica o impacto da falta de acordo no setor privado?

Hill: É bem preocupante, porque estão à espera deste instrumento para poderem tomar decisões de como investir no setor de energia, por exemplo. Na hora em que há um marco político e legal, esses investimentos ganham valor e têm impacto nas emissões. O setor privado tem atuação importante na questão e precisa de sinais claros dos governos para poder dirigir a economia rumo ao baixo carbono.

A jornalista viajou com bolsa do Climate Change Media Partnership

Países ricos não entram em acordo sobre apoio às nações em desenvolvimento

No que acreditar após a CoP-15 (Valor Econômico) 22/12/09

Ronaldo Seroa da Motta

China e EUA, além de concorrentes na liderança econômica, têm dificuldades com metas absolutas de redução de emissões

A declaração de intenções que resultou da CoP-15 reconhece que é necessário evitar a elevação da temperatura do planeta acima de 2o C, mas não especifica obrigações e ações para que tal objetivo seja alcançado. A falta de um acordo com metas de emissões e de financiamento frustra fortemente aqueles que acreditaram que a CoP-15 seria o início de uma nova era para o combate ao aquecimento global.

Embora alguns avanços em termos de governança não possam ser omitidos, tais como a regulamentação dos mecanismos de Redução de Emissões por Destamento e Degradação (REDD), de mitigação (Namas, na sigla em inglês) e de transferência de tecnologia, por que tanta dificuldade em construir um acordo multilateral legal e vinculante para combater o aquecimento global? Se todos perdem, porque nem todos querem cooperar?

Primeiro, uma ação conjunta global exige que cada país incorra em custos elevados em troca de benefícios comuns. Se esses esforços nacionais não puderem ser verificados, criam-se oportunidades para que uns se beneficiem de graça das ações dos outros. Segundo, se a distribuição dos impactos do aquecimento global é incerta e percebida diferentemente por cada um, as chances de cooperação ficam ainda mais difíceis. Terceiro, os gases de efeito estufa permanecem por mais de cem anos na atmosfera e assim a responsabilidade pela geração do problema é diferenciada, pois as emissões passadas são relevantes. Fato reconhecido na Convenção, mas cuja aplicação dependerá da trajetória também das emissões futuras. Os países com uma economia já amadurecida podem mais facilmente atingir uma estabilidade no nível de emissões enquanto os países emergentes ainda terão que ampliar consideravelmente o consumo de energia e as emissões de carbono. Como esses países estão crescendo mais que as economias desenvolvidas, eles poderão ter uma contribuição histórica equivalente à dos EUA e da Europa já em 2030. Por último, a gestão e a divisão entre os países ricos dos recursos que seriam necessários para financiar os países em desenvolvimento também é outro elemento que dificulta as negociações.

Essa situação de não cooperação com efeitos desastrosos é chamada de "tragédia dos comuns" quando os indivíduos duvidam da possibilidade de cooperação e, assim, a estratégia de maior retorno poderá ser a de não cooperar. Essa situação prevaleceu na CoP-15.

As negociações, lideradas em grande parte pela Comunidade Europeia, ficaram aguardando o movimento dos EUA e da China, as duas locomotivas da economia mundial e que são, juntos com os europeus, os maiores emissores do planeta. Só que esses dois países, além de concorrentes na liderança econômica, têm dificuldades com metas absolutas de redução de emissões. Os EUA são uma economia intensiva em energia barata e a um limite nas emissões significaria, pelo menos no curto prazo, a restrição significativa no seu modelo de crescimento. Crescimento este que ainda não conseguiu ser retomado após a recente crise financeira. Na China as emissões acompanham o crescimento vertiginoso da sua economia que ainda tem que urbanizar 350 milhões de indivíduos, população equivalente à dos EUA, e assim com grandes dificuldades também para colocar limite nas emissões.

A Comunidade Europeia, tal como o Brasil, por razões históricas não associadas ao aquecimento global, montaram modelos de crescimento com energia cara ou renovável, portanto, numa trajetória de baixo carbono, precisam que esses grandes poluidores façam agora sua parte.

Todavia, essas duas nações podem na sua rivalidade construir esse novo futuro. Os EUA detêm o maior estoque de capital humano do planeta e são líderes incontestáveis em ciência e tecnologia. A China ainda constrói seu monumental estoque de capital físico, que deve triplicar em 10 anos e, portanto, capital novo tecnologicamente avançado. Assim, esses dois países, que criaram as barreiras para o tão esperado acordo global, prometem investir em ganhos de produtividade de carbono. Isto é, cada vez menos carbono por unidade de renda gerada; uma revolução tecnológica para substituir as energias fósseis. Os indicadores sustentam essas promessas. Os EUA registraram mais de 50% das tecnologias de baixo carbono na última década e a China, nesse mesmo período, foi que apresentou maior taxa de crescimento desses registros. Conhecimento que já se traduz em projetos líderes em energias eólicas, solar e destruição de metano.

Porém, metas tecnológicas condicionadas a intensidade do carbono do PIB não permitem o conhecimento antecipado sobre a trajetória das emissões globais e, assim, tornam incertos os resultados climáticos dos esforços de mitigação dos outros países e inviabilizam um acordo global. Assim, só podemos esperar que os investidores continuem a colocar seus recursos cada vez mais no aumento da produtividade de carbono e que China e EUA iniciem uma corrida tecnológica de baixo carbono, tal como no passado os EUA fizeram com a URSS na conquista do espaço. Aqui as chances são ainda maiores, pois boa parte dos investimentos produtivos na China é de capital americano e, portanto, o dinamismo chinês carrega os efeitos tecnológicos da economia americana. Dessa forma, por enquanto, teremos que contar com a sinergia de capital, o dinamismo econômico e o confronto concorrencial dessas duas nações, impulsionados pela disputa de suas lideranças econômicas, para que via mercado e concorrência um novo paradigma tecnológico de crescimento seja forjado com efeitos significativos para todos os países. De resto vamos renovar nossos votos de esperança para a CoP-16 e a outras que virão.

Ronaldo Seroa da Motta pesquisador do IPEA, autor do livro "Economia Ambiental".

Pouco importa o fiasco de Copenhague (Valor Econômico) 22/12/09

José Eli da Veiga

Era quase nula a probabilidade de que a cúpula climática de Copenhague chegasse a acordo capaz de acelerar a transição ao baixo carbono. A chance de que isso pudesse ocorrer já se tornara ínfima quando ficou clara a impotência do melhor arranjo de governança global, o G-20. Ficou longe de elaborar proposta negociável com as demais nações que têm direito a voto nessas bizantinas assembleias da Convenção do Clima intituladas "conferências das partes".

Um rascunho previamente acordado entre as 42 nações do G-20, responsáveis pela quase totalidade das emissões de gases de efeito estufa, poderia ter sido aprimorado na primeira semana da conferência. Por mais que pudessem ser complicados os entendimentos com a imensa maioria periférica formada pelas 151 nações candidatas a serem as primeiras grandes vítimas do aquecimento global, um texto desse tipo teria fornecido base sólida para a decisiva etapa da segunda semana.

Porém, sem acerto prévio entre os responsáveis, nem mesmo um eventual milagre - como o aludido no excelente desabafo improvisado pelo presidente Lula - teria permitido que um acordo de Copenhague viesse a superar os problemas do autista Protocolo de Kyoto. Enfim, nada de rigorosamente sério esteve realmente em jogo nessa malfadada 15ª cúpula.

Todavia, só pode ser equivocada a conclusão de que tamanho insucesso imporá sério atraso à descarbonização das grandes economias. Isso ocorreria se o único determinante do processo fosse a percepção coletiva do risco de ruptura climática, que exige atitude altruística em favor das gerações futuras. Mas há dois outros vetores que têm se mostrado muito mais decisivos: a preocupação com a segurança energética e o vislumbre dos negócios que estarão no centro da próxima onda longa de expansão capitalista.

Quem tiver dúvida sobre a tese enunciada no parágrafo acima provavelmente não deu a devida atenção aos três fatos mais significativos da fase pré-Copenhague: o plano de transição ao baixo carbono do Reino Unido; a taxa sobre emissões adotada pela França; e a reforma da política energética dos EUA, ainda no Senado.

Dos três, o que mais merece destaque é o Reino Unido, primeira nação a legislar sobre a meta de cortar 80% das emissões até 2050 e a lançar a ideia de adotar "orçamentos quinquenais de carbono" até 2022. O plano visa justamente a estabelecer o primeiro desses orçamentos com o objetivo de chegar em 2020 com emissões 18% inferiores às de 2008. O que significará um corte superior a um terço, se a referência for 1990, pois já houve uma queda de 21%, praticamente o dobro da meta assumida no Protocolo de Kyoto. Para que essa ambição fique mais clara, é bom notar a mudança de velocidade pretendida. Nos 18 anos iniciais (1990-2008), a taxa média de redução foi de 1% ao ano. Agora se pretende que nos 11 anos seguintes (2009-2020) essa taxa média de redução anual passe a 1,4%.

A França também assumiu objetivo bem ambicioso para 2050: cortar três quartos de suas emissões. Mas lá os debates públicos levaram a uma decisão bem diferente: a criação de uma taxa carbono que incidirá sobre o consumo de combustíveis fósseis, começando com €17 por tonelada de emissão para 2010. E trazendo novidade importantíssima: a arrecadação será inteiramente devolvida à população por deduções do imposto de renda, ou por envio de um "cheque verde" ao isentos.

Reino Unido e França fornecem os dois mais notáveis exemplos de sérias decisões já tomadas em grandes democracias avançadas que servem de ponto de partida para a reflexão proposta no livro "Mundo em Transe - Do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento" (editora Autores Associados), lançado propositalmente durante a Cúpula de Copenhague. São decisões que em nada dependem do que vier a ocorrer na 16ª conferência ou no ensaio geral de meados de 2010 na Alemanha.

Por isso, o que mais passará a influenciar o rumo da transição ao baixo carbono serão as vias que forem abertas aos países de renda média para que deixem de depender tanto das perversas "transferências de tecnologia". Para que possam se beneficiar de esquemas de cooperação internacional na montagem de seus próprios sistemas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Sem isso será inevitável que a inferioridade de capacitação científico-tecnológica dos chamados "emergentes" os obrigue a enfrentar vários tipos de barreiras a importações de mercadorias que tenham sido produzidas em países que mantenham altas intensidades de emissões de gases de efeito estufa. Relatório conjunto da OMC e do Pnuma, também

publicado na fase pré-Copenhague ("Trade and Climate Change", Genebra, 2009), mostrou que já existem dispositivos que autorizam a criação de novas barreiras por países que tenham adotado mecanismos econômicos de mitigação, como imposto ou "cap and trade". Bastará que demonstrem à OMC que não se trata de "discriminação arbitrária e injustificável", ou de "disfarçada restrição ao comércio internacional".

Na próxima década, o Brasil talvez possa escapar desse tipo de retaliação se cumprir o anunciado compromisso de minimizar os desmatamentos e queimadas (principalmente na Amazônia e no Cerrado), que em 2005 ainda respondiam por 57,5% de suas emissões de gases de efeito estufa. Com mais razão se simultaneamente também obtiver reduções significativas das emissões de metano, quase todas provenientes de sua ultraextensiva pecuária bovina.

O grande problema surgirá em seguida, quando se tornarem irrisórias essas emissões de natureza pré-industrial e a intensidade-carbono refletir o crescente uso de petróleo, gás e carvão. Se até lá o Brasil não tiver superado o absurdo desprezo pelas pesquisas em energia solar, com certeza estará condenado à dependência das chamadas "transferências" de inovações que certamente já terão surgido na Alemanha, EUA, França, Japão ou Reino Unido. Apenas para mencionar os cinco favoritos da corrida tecnológica em curso pelas soluções energéticas que abolirão a era fóssil.

José Eli da Veiga, professor titular da USP (FEA e IRI), escreve mensalmente às terças.

Consolidar a saída da crise (Valor Econômico) 22/12/09

Antonio Delfim Netto

Todos deveríamos ter aprendido que fazer "previsões" é exercício especialmente arriscado. O futuro é opaco e o sistema econômico de mercado é sujeito a interações entre indivíduos e instituições, que se auto-organizam de forma muito complexa, e que, portanto, podem sujeitá-lo a eventos insuspeitados. A evolução da atividade econômica pode ser interrompida abruptamente, sem que haja possibilidade de "prever" o momento de ruptura. Aquelas interações são, em geral, não lineares, o que impõe à sua dinâmica um comportamento que dificilmente pode ser antecipado e controlado.

Todas as "previsões" são, conseqüentemente, sujeitas a chuvas e trovoadas e devem ser ponderadas "cum grano salis". De qualquer forma, elas representam, no momento em que são realizadas, a "perspectiva" dos próprios agentes envolvidos naquelas relações complexas. Mesmo sabendo da sua precariedade, eles têm de formular uma expectativa sobre o comportamento futuro da economia.

São visões impressionistas, altamente influenciadas pelo curso recente da economia e pela ideia de que existe um "equilíbrio" ao qual voltarão as variáveis, depois da "quebra" de regime, como é o caso, por exemplo, de uma crise produzida pela desaparecimento instantânea da confiança entre os agentes, o fator que sustenta o funcionamento do sistema. Mas então, por que se fazem tais "previsões"? Apenas para ter um ponto de partida e tentar induzir uma certa "coordenação", que permita a continuidade do jogo.

Expectativa de crescimento do PIB				
Em 2010, em %				
Países	FMI ⁽¹⁾	Goldman Sachs	J.P. Morgan	Consenso ⁽³⁾
Mundo	3,1	4,4	3,4 ⁽²⁾	3,8
EUA	1,5	2,1	3,2	2,7
Japão	1,7	1,5	2,4	1,4
Zona Euro	0,3	1,5	2,5	1,2
União Europeia	0,9	1,9	1,6	1,2
China	9	11,4	9,5	9,6
Índia	6,4	8,2	7,5	7,6
Brasil	5,3	5,8	5	4,6
Rússia	1,5	4,5	5	3,5

O que dizem os exercícios formulados pelos gurus, que sugestionam e acabam influenciando o comportamento dos agentes, que são animais gregários e imitadores, sobre as expectativas de evolução da economia em 2010? Na tabela abaixo, reunimos os números produzidos no mês de dezembro sobre o crescimento da economia mundial e de algumas economias em particular.

Vemos que existe pequena variabilidade nas expectativas de crescimento para 2010. No Brasil, o "consenso" aparece entre 5% e 6%. Só em dezembro de 2010 poderemos saber a qualidade de tais expectativas. O importante é que elas estabelecem uma "crença" de que o setor real da economia mundial saiu da crise construída pelos abusos do sistema financeiro não percebidos pelos bancos centrais.

O aspecto mais ridículo é que estes, agora, num ataque gigante de amnésia, pretendem ter "salvo o mundo"! Em lugar de serem os "emprestadores de última instância", como queria o grande Bagehot, apelaram para o "salvador de última instância": o Estado! As consequências da irresponsabilidade e da arrogância dos bancos centrais reacendeu a chama deletéria do Estado-produtor e está pondo em risco (até nos EUA) a sua autonomia operacional, o que seria uma tragédia.

O crescimento mundial de 3,4% (com viés de alta) sugerido pelo J.P. Morgan Chase é resultado de um crescimento de 2,7% dos países desenvolvidos e de 5,8% dos emergentes. No Brasil, espera-se um crescimento parecido com o dos emergentes, o que, afinal, é um progresso sobre os anos anteriores. De qualquer forma, se confirmarem-se tais expectativas, haverá uma rápida melhora da situação fiscal, particularmente no Brasil, o que permitirá que reiniciemos uma trajetória decrescente da relação dívida/PIB, fundamental para a consolidação da redução da taxa de juros real. Para isso, é preciso controlar os gastos de custeio e permitir o aumento dos investimentos públicos que ajudam a elevar a produtividade da economia.

Há três problemas preocupantes: 1) as dificuldades de enfrentar o problema da previdência social (principalmente a pública), agora sob ameaça da insensatez do Congresso; 2) a crença de que, sem um nível de investimento de 22% a 25% do PIB, o crescimento de 5% é insustentável, o que não leva em conta a "qualidade" do investimento; e 3) a crença de que a taxa de juro real de equilíbrio no Brasil é de 7% a 8%, o que impedirá a retomada do crescimento.

Temos de enfrentar esses três problemas. Um real. Os outros dois são criados pela imaginação dos analistas do sistema financeiro e incorporados pelo Banco Central.

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

E-mail contatodelfimnetto@terra.com.br

Indústria pode ter déficit comercial recorde no próximo ano, diz Iedi (Valor Econômico) 22/12/09

Marta Watanabe, de São Paulo

A indústria de transformação pode ter no próximo ano um déficit de balança comercial recorde, com possibilidade de superar o maior saldo negativo já registrado, de R\$ 11,26 bilhões, em 1998. A previsão, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) é feita com base na perspectiva de manutenção da atual taxa de câmbio combinada à expectativa de crescimento interno, que deverá resultar em elevação da compra de manufaturados e bens intermediários do exterior.

Com isso, em 2010 a balança da indústria deve prosseguir com a tendência de déficit registrada desde o ano passado, quando fechou com resultado negativo de US\$ 7,17 bilhões. Em 2009, a indústria de transformação prosseguiu com a balança deteriorada, acumulando de janeiro a setembro um déficit de US\$ 4,83 bilhões. Para este ano, a previsão do Iedi é um saldo negativo do setor entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões.

José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), não chega a citar números, mas acredita que é bem possível que a indústria tenha no próximo ano um déficit recorde. "Teremos em 2010 um grande volume de importações de manufaturados e nossas exportações devem crescer principalmente com base em commodities", conclui

Em 2008 a deterioração da balança da indústria foi causada principalmente pela queda nos superávits apresentados pelos segmentos de alta e média-alta intensidade tecnológica. O mercado doméstico aquecido aumentou a demanda de

bens intermediários de alto valor unitário, como mantas de cristal líquido para televisores e monitores de informática. Ao mesmo tempo, o real valorizado contribuiu para a queda no valor das exportações.

Em 2009 o que mais contribuiu para o resultado do setor foi a queda nos superávits dos produtos de média-baixa e baixa intensidade que, sob o efeito da crise, experimentaram retração de demanda e de preços internacionais.

Na análise da balança da indústria por intensidade tecnológica, porém, o economista Rogério Cesar Souza, do IEDI, destaca que, embora tenham tido saldos negativos menores que em 2008, as indústrias de alta e média-alta intensidade registraram déficits muito elevados no acumulado de janeiro a setembro, de US\$ 12,7 bilhões e de US\$ 19,2 bilhões, respectivamente.

No segmento de alta intensidade tecnológica, pesa a forte importação de bens intermediários, como componentes eletrônicos e dispositivos de LCD. Trata-se, segundo a pesquisa do IEDI, de setores que possuem problemas estruturais, com grande demanda de componentes do exterior e baixo valor agregado no país. O dólar desvalorizado acabou apenas agravando a situação.

Entre os segmentos de média-alta intensidade tecnológica, o levantamento destaca a mudança de sinal da indústria automotiva, que saiu de um superávit de US\$ 1,8 bilhão de janeiro a setembro de 2008 para um déficit de valor semelhante no mesmo período em 2009. Para esse setor, especificamente, houve influência das medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na venda de automóveis, por exemplo. As iniciativas contribuíram para a manutenção de vendas no mercado interno e, numa ambiente de retração de demanda internacional, houve queda nos embarques do setor.

Embora com saldos positivos, os segmentos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica tiveram resultados fortemente deteriorados em 2009, contribuindo bastante para o saldo total da indústria de transformação. O superávit da média-baixa intensidade caiu de US\$ 4,6 bilhões de janeiro a setembro de 2008 para US\$ 2,89 bilhões no mesmo período deste ano. Mantendo os termos de comparação, a baixa intensidade teve queda de US\$ 30,5 bilhões para US\$ 24,11 bilhões.

Na indústria de média-baixa tecnologia, o desempenho é explicado pela redução de superávit dos produtos metálicos. No caso do segmento de baixa intensidade, a queda de saldo foi resultado de vários setores industriais. Além de alimentos, bebidas e fumo, também contribuiu a deterioração das exportações de produtos têxteis, de vestuário, couro e calçados. Nesse segmento, diz a pesquisa do IEDI, contribuiu para o resultado não somente a queda de demanda por conta da crise, mas também da valorização do real, que trouxe perda de competitividade.

Para os pesquisadores do IEDI, a deterioração da balança da indústria de transformação não deve ser creditada totalmente à crise. Desde 2005 o setor apresentava queda de saldo. A variação cambial era compensada por uma elevação média anual de 10% no preço de exportação, mas em 2009, com a retração nos valores das trocas internacionais, isso já não foi mais possível. Além do câmbio, há outros problemas que são estruturais. Entre eles, os pesquisadores do IEDI apontam questões como falta de infraestrutura, de crédito e também alta carga tributária.

Miguel Jorge prevê superávit de US\$ 15 bi em 2010 (Valor Econômico) 22/12/09

Eduardo Laguna, de São Paulo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, disse ontem que o Brasil deverá ter um superávit comercial de US\$ 15 bilhões em 2010, reagindo a uma combinação de recuperação do comércio global, aumento da produção industrial doméstica e retomada das linhas de crédito ao comércio exterior.

A projeção do ministro supera as estimativas traçadas pelos setores financeiro e industrial. Nos cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) o saldo das transações comerciais ficará positivo em US\$ 13 bilhões, enquanto a Fiesp prevê superávit comercial de US\$ 10,6 bilhões em 2010. O boletim Focus, do Banco Central (BC), mostra que as instituições financeiras projetam um superávit comercial de US\$ 11,3 bilhões.

Segundo Miguel Jorge, depois de sentir os efeitos da crise financeira, o comércio mundial deverá se restabelecer no próximo ano. Ele destacou a diversidade das commodities exportadas pelo Brasil e a diversificação de seus parceiros comerciais como fatores que permitirão um bom desempenho do comércio exterior.

Para exemplificar, Miguel Jorge disse que as empresas brasileiras dobraram as exportações para a África nos últimos cinco anos. Além disso, a China, tida como o principal motor da recuperação global, se tornou neste ano o principal parceiro comercial do Brasil, lembrou o ministro. Já os Estados Unidos, maior mercado do mundo e, historicamente, o

principal consumidor dos produtos brasileiros, apresentam sinais de recuperação no nível de emprego e ainda apresentarão reflexos positivos na economia da reforma no sistema de saúde, apontou o ministro.

Supremo arquiva ação para reduzir jornada (Valor Econômico) 22/12/09

Luiza de Carvalho, de São Paulo

Os servidores do Poder Judiciário fracassaram ontem na tentativa de ver declarada a inconstitucionalidade da Resolução nº 88 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a ampliação da carga de trabalho dos servidores públicos. O ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu arquivar o mandado de segurança ajuizado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Alagoas (Serjal), contra a norma do CNJ, publicada em setembro. Esta é a segunda iniciativa dos servidores contra a resolução. Em outubro, servidores de diversos Estados do país realizaram um dia de paralisação das atividades judiciárias em protesto à norma. Além disso, foi protocolado um pedido de providências no próprio CNJ para que a resolução fosse cancelada.

Até agora, os esforços não sensibilizaram o CNJ. A norma determinou que os servidores de todo o Poder Judiciário passassem a adotar uma jornada de oito horas diárias - até então, a maioria dos Estados cumpria jornada de seis horas, resultando em dois turnos diários de trabalho. A principal justificativa para a resolução dada pelo CNJ, na época, foi acabar com o pagamento abusivo de horas extras pelos tribunais. Além disso, o CNJ defende que a Constituição Federal determina uma jornada de oito horas diárias para os servidores. Por outro lado, a categoria alega que os fóruns e cartórios não estariam equipados e não possuíam espaço suficiente para comportar todos os funcionários no mesmo horário.

O mandado de segurança visando a suspensão dos efeitos da Resolução nº 88 foi ajuizada em outubro pelo Serjal. O sindicato argumenta, na ação, que o CNJ seria simplesmente um órgão de natureza administrativa, podendo rever ou corrigir atos dos órgãos judiciários abaixo do STF, "de modo que ir além desta competência firmada pela própria Constituição é burlar a efetividade das normas constitucionais".

No entanto, ao analisar o pedido, o ministro do Eros Grau considerou que a resolução disciplina "situações gerais e abstratas", ou seja, cuja aplicabilidade depende da edição de outros atos normativos, no âmbito de cada Estado. Para o ministro, não é possível, nestas circunstâncias, ajuizar um mandado de segurança. Na opinião dele, não podem ser apontados efeitos concretos que ameacem eventuais direitos do sindicato.

Opinião Jurídica:

Novo tempo na prevenção acidentária (Valor Econômico) 22/12/09

Remígio Todeschini

Baseado em metodologia elaborada e aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o novo Fator Acidentário de Prevenção (FAP) estabelece, a partir de janeiro de 2010, nova forma de cobrança do Seguro Acidente de Trabalho (SAT). Desde a aprovação da Lei nº 10.666, de 2003- que criou o fator - trabalhadores e empresários com assento no conselho participaram do processo de discussão, inclusive em outros fóruns de debate sobre o tema, que culminou com a aprovação, por unanimidade, das Resoluções nº 1.308 e nº 1.309, de 2009, que respaldam o FAP.

É a instituição de um novo tempo no setor, para que possamos diminuir o custo Brasil, que consome anualmente cerca de 1,8% do nosso PIB, ou seja, R\$ 50 bilhões em despesas diretas e indiretas, em decorrência da acidentalidade e das condições insalubres, penosas e perigosas no ambiente de trabalho.

A filosofia da cobrança faz parte da modernidade dos grandes sistemas de seguro de acidentes existentes no mundo: paga mais quem tem acidentalidade maior em relação à sua atividade econômica. No Brasil, com a aplicação do FAP - multiplicador das alíquotas do SAT, que varia entre 0,5 e 2 -, haverá acréscimo de até 75%, em 2010, para as empresas com maior índice de acidentalidade, e desconto de até 50% para quem tiver acidentalidade menor. Isso faz parte dos manuais de cobrança de seguro de qualquer país do mundo moderno e desenvolvido, com variações específicas em cada país.

É necessário lembrar que países como a França, Canadá, Espanha, Colômbia, Argentina, Chile e México cobram, em média, em seus tetos máximos da taxa de acidentes quatro vezes mais que o Brasil.

A nova sistemática mudará radicalmente, a partir do próximo ano, o cenário atual no qual empresas com maior acidentalidade ficam sob o guarda-chuva protetor dos percentuais únicos de 1%, 2% e 3% do SAT, não havendo diferenciação entre os setores que avançam na cultura da prevenção e na redução dos acidentes. O percentual do FAP de cada empresa, calculado pela Previdência Social, romperá com o "status quo" da cultura permanente da acidentalidade, que considera acidentes, doenças e mortes inevitáveis e componentes permanentes do processo produtivo em todos os setores econômicos.

Toda a metodologia do reajuste do Seguro Acidente e do FAP é baseada exclusivamente na acidentalidade ocorrida no Brasil nos anos de 2007 - com 659.523 acidentes registrados - e 2008, com 747.663 acidentes, seguindo parâmetros legais estatísticos. As novas taxas de cobrança reproduzem com justiça as estatísticas da acidentalidade no Brasil, a partir dos elementos básicos de frequência, gravidade e custo de cada setor econômico e de cada empresa, acrescidas das travas de mortalidade e invalidez e rotatividade superior a 75%, conforme as resoluções aprovadas pelo CNPS.

O aumento do SAT das empresas com fator acidentário maior que um e com acréscimo de até 75% alcançará somente 72.628 empresas no país. Outras 879.933 empresas com índice do FAP igual a um terão desconto de até 50%. A distribuição do ônus foi baseada na posição de ordem das empresas em sua relação com a atividade econômica em cada uma das 1.301 subclasses. O que significa que todas as empresas têm como referencial o grau de risco de seu setor econômico na classificação de 1%, 2% e 3% do SAT. Mesmo as empresas que tiveram acidentalidade zero, nos últimos dois anos, serão bonificadas com base na média de acidentalidade do setor. Ou seja, as empresas empatadas dividem a posição média do setor econômico, distribuindo-se de forma igual o percentil de bonificação ou de majoração, conforme fundamentos matemáticos e estatísticos expressos na Resolução nº 1.308, de 2009, item 2.4.

O desafio neste novo tempo de fortalecimento da cultura da prevenção é diminuir de fato o custo Brasil e, conseqüentemente, todos os demais custos decorrentes da acidentalidade. Não é mais possível suportar o déficit crescente das contas da acidentalidade e das aposentadorias especiais insalubres, penosas e perigosas, que somente nos últimos sete anos consumiram do Fundo Previdenciário e de recursos da União - portanto, de todos os cidadãos - R\$ 30,3 bilhões. Essa conta deve ser repassada aos setores e empresas que têm apresentado maior número de acidentes, doenças, mortes e invalidez.

Somente em 2008, os acidentes típicos - decorrentes de fraturas, lesões e luxações - afastaram do ambiente de trabalho, por mais de 15 dias, 340.902 trabalhadores. Os casos de Ler/Dort ficaram em segundo lugar no ranking dos afastamentos (212.826). Na terceira posição estão os afastamentos decorrentes de transtornos mentais e comportamentais, com 20.508 casos.

São números que exigem esforço redobrado de todos. Empresários, trabalhadores, médicos, psicólogos, engenheiros, ergonomistas, técnicos de segurança do trabalho e profissionais das mais diversas áreas devem juntar-se à cruzada de combate às causas principais dos acidentes e doenças no Brasil. Precisamos aproveitar este momento de retomada do crescimento econômico para investir ainda mais em ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

O FAP é uma política pública que fortalece a prevenção, devendo ser aperfeiçoada continuamente para que haja, de fato, mudança de atitudes e comportamentos tanto de empresários como de trabalhadores. Essa não é uma medida isolada, pois reforça um conjunto de políticas e diretrizes do futuro Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador, em discussão na Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho.

Remígio Todeschini é diretor de saúde ocupacional do Ministério da Previdência Social

UTE Viana inicia operação em teste de 174 MW (CanalEnergia) 22/12/09

Foram liberadas 20 unidades geradoras de 8,7 MW da usina, localizada no Espírito Santo
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste das unidades geradoras UG1 a UG20 da termelétrica Viana. Cada turbina tem 8,7 MW, totalizando 174 MW de capacidade instalada. Localizado no município de mesmo nome, em Espírito Santo, o empreendimento pertence à Termelétrica Viana, que terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada da turbina. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última segunda-feira, 21 de dezembro.

Tractebel anuncia compra da Suez Energia Renovável por R\$ 604 milhões (Valor Online 20:06h) 21/12/09

A geradora de energia elétrica Tractebel comunicou a compra Suez Energia Renovável (SER), empresa controlada pela GDF Suez Energy Latin America. O valor base do negócio é de R\$ 604 milhões.

Com a aquisição, a empresa passa a liderar o Consórcio Estreito Energia (Ceste), com participação de 40,07%. O Ceste foi criado em novembro de 2002 para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e 641,08 MW médios de energia assegurada.

Também fazem parte do consórcio a Vale, com 30%, Estreito Energia, empresa do Grupo Alcoa, com 25,49%, e Camargo Corrêa Geração de Energia, com outros 4,44%.

Em comunicado, a Tractebel aponta que em outubro de 2007, a SER vendeu 256 MW médios por um período de 30 anos a contar de 1º de janeiro de 2012. Tal fatia de produção faz jus à participação na empresa no Ceste.

O pagamento dos R\$ 604 milhões será feito em duas parcelas. A primeira parte, de R\$ 302 milhões, sai do caixa da empresa em até 30 dias. O restante será pago até 31 de julho de 2010, desde que obtidas as autorizações necessárias à concretização do negócio. Caso as liberações não sejam obtidas até tal data, o montante será pago em 10 dias após a obtenção de todas as anuências relativas ao negócio.

Além desses valores, a conta também envolve eventuais adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela GDF Suez na companhia. Caso aprovados pela Tractebel, tais valores serão devolvidos para a GDF Suez atualizados monetariamente.

Desde a criação da empresa, a GDF Suez já realizou aportes de R\$ 324 milhões na SER, sendo R\$ 79,9 milhões por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, dinheiro esse que será capitalizados antes do fechamento da aquisição.

(Eduardo Campos | Valor)

Transmissão Paulista PN fecha com alta de 2,48% (CanalEnergia) 21/12/09

Energias do Brasil ON encerra em baixa de 2,15%. IEE chega aos 23.833 pontos, com alta de 0,07%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Transmissão Paulista PN encerrou em alta de 2,48% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 21 de dezembro. Entre outras ações que também fecharam com resultados positivos está a Copel PNB (2,20%). A Energias do Brasil ON encerrou com baixa de 2,15%, seguida pela CPFL Energia ON (-1,59%). A Tractebel ON fechou com estabilidade. O IEE chegou aos 23.833 pontos com alta de 0,07%. O Ibovespa encerrou em queda, com -1,30%, aos 65.925 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,59%
AES Tietê PN: 1,07%
Celesc PNB: -0,68%
Cemig PN: -0,13%
Cesp PNB: 1,34%
Coelce PNA: -0,33%
Copel PNB: 2,20%
CPFL Energia ON: -1,59%
Eletrobrás PNB: -0,17%
Energias do Brasil ON: -2,15%
Equatorial ON: -0,58%
Light ON: -0,20%
MPX Energia ON: -0,46%
Tractebel ON: estável
Terna Participações UNT: -0,03%
Transmissão Paulista PN: 2,48%

Zilmar Souza, da Unica: Energia renovável e de qualidade retornando ao cenário (CanalEnergia) 21/12/09

Resultado do leilão de eólicas sinaliza como política setorial pode ser importante para as fontes renováveis, alternativas e de qualidade ambiental

Zilmar Souza, da Unica, Artigos e Entrevistas

Acontecido no dia 14 último, o 1º Leilão de Energia de Reserva específico para a fonte eólica deverá viabilizar 71 empreendimentos, contratando mais de 1.800 MW em capacidade instalada para as Regiões Nordeste e Sul do País. Depois de quase oito horas de leilão, com 76 rodadas ao todo, o preço médio obtido foi de R\$ 148,39/MWh, representando um deságio de 21,5% sobre o preço-teto do leilão, R\$ 189/MWh.

Considerado um preço médio inesperado pelos analistas do mercado em geral, no pano de fundo, para os agentes que atuam no setor elétrico, podemos notar determinados fatores que contribuíram positivamente para isto. Um deles foi a desoneração fiscal que aconteceu antes do certame: isenção na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aerogeradores, principal equipamento do conjunto eólico; também houve benefício quanto ao ICMS em equipamentos e componentes eólicos até 31 de janeiro de 2010, prazo que deverá ser renovado; e vários projetos eólicos foram considerados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi), habilitando-os para usufruírem da suspensão, por cinco anos, da cobrança das contribuições ao PIS e Cofins sobre os equipamentos do parque eólico.

Além da desoneração fiscal, ocorreu também um entendimento por parte do governo e agentes que o contrato de venda de energia elétrica deveria ser adaptado às condições da fonte eólica, passando o prazo de duração do contrato de 15 para 20 anos, e formatação de cláusulas específicas para a apuração da energia produzida por essa fonte. Também foi definido um modelo próprio para a conexão dessa nova energia à rede, com futuras subestações coletoras do sistema de transmissão, semelhantemente ao ocorrido quando do 1º Leilão de Energia de Reserva para a biomassa, em agosto de 2008; e definiu-se aos empreendedores o direito sobre os créditos de carbono advindos dos projetos.

Esses fatores, aliados à qualidade dos próprios projetos, considerados aqueles com melhores condições estruturais e técnicas dentro da carteira total de empreendimentos (alto fator de utilização, boa localização geográfica e escala acima da média nacional, mas que ainda garante descontos no uso da rede), contribuíram para um preço médio final considerado inferior às expectativas anteriores do mercado com relação ao certame.

Do leilão podemos obter uma lição e uma esperança: a existência de uma política setorial específica e adequada para determinadas fontes de energia (no caso a eólica) contribui à minimização do hiato entre a capacidade potencial de geração e a que é efetivamente implementada, revelando-se em um significativo desafio para agentes públicos e privados para o ano de 2010.

A fonte eólica apresentou um portfólio com 10 mil MW e comercializou 18% desse total (1.800 MW). A bioeletricidade apresenta uma reserva de energia elétrica equivalente a uma usina de Itaipu, ou seja, aproximadamente 10 mil MW médios. Somente no Estado de São Paulo, “coração” do mercado consumidor de energia elétrica, a reserva de bioeletricidade permite agregar 4.800 MW médios para a rede até 2018, valor 20% superior ao hoje gerado em todo o complexo Cesp (Companhia Energética de São Paulo).

Apesar desses potenciais apresentados por essas fontes, não existe milagre na seara econômica, como ensinam os professores Robert Pindyck e Daniel Rubinfeld. Quando uma empresa está decidindo sobre a construção de uma fábrica (ou empreendimento de geração), ela deve efetuar comparações entre os desembolsos que terão que ser feitos com o lucro adicional que o novo capital gerará no futuro.

A atuação pró-ativa dos gestores públicos nesse último leilão contribuiu para viabilizar a contratação dos empreendimentos e a percepção da viabilidade econômica das eólicas por parte dos investidores, sendo uma condição importante também para as demais fontes alternativas e renováveis. Podemos ir além, definindo-se leilões regulares, dedicados a essas fontes em conjunto, ou especificamente para cada fonte e por submercado elétrico, considerando suas especificidades; linhas de financiamentos também direcionadas; e preços-teto que incorporem os benefícios ambientais proporcionados pela bioeletricidade, fontes solar e eólica.

No entanto, não podemos esperar que, para o setor de energia elétrica, o próximo período de ouro da economia seja encarado com decisões políticas, pontuais e extemporâneas, sem a concatenação entre si. Precisamos de políticas setoriais bem definidas, orientadas por metas e pelos objetivos da sociedade civil, que já demonstrou perplexidade com a entrada de fontes poluidoras na matriz brasileira de energia elétrica.

Nos próximos anos, espera-se que o Brasil cresça continuamente acima de sua média histórica, com taxas entre 5% a 6%, sustentado principalmente pelo mercado interno, conforme anuncia o próprio Governo Federal. Ao mesmo tempo, haverá uma pressão mundial para que o Brasil continue dando exemplo de correção ambiental por meio de sua matriz de energia elétrica. Nesse cenário, o leilão de eólicas último mostra a necessidade e a oportunidade de termos uma política setorial definida para fontes renováveis como eólica e bioeletricidade, que possa incentivar a sua expansão dessas fontes na matriz energética, conforme seus potenciais.

O setor sucroenergético possui diversas formas de contribuir para o desenvolvimento sustentável: está aprimorando o recolhimento e uso da palha para a geração de energia elétrica; pesquisa métodos de elevar a eficiência energética com a gaseificação da biomassa e a biodigestão da vinhaça; representa oportunidade singular de reformar usinas apenas auto-suficientes em vapor e eletricidade e torná-las exportadores significativos de energia elétrica, principalmente no submercado elétrico Sudeste/Centro-Oeste, principal do país; entre outras janelas tecnológicas possíveis.

Certamente, havendo políticas setoriais bem definidas e adequadas, a bioeletricidade contribuirá para que o planejamento do setor elétrico continue nesta linha bem-vinda de revisão da composição futura da matriz de energia elétrica, de forma a contemplar o tripé da sustentabilidade, ou seja, os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017, aprovado pelo Governo Federal em agosto de 2009, prevê que a bioeletricidade representará apenas 2,7% da matriz de energia elétrica em 2017 e a eólica chegará a somente 0,9%. Diferentemente, fontes como carvão mineral, óleo diesel e óleo combustível, distantes dos objetivos precípuos da sustentabilidade, representarão conjuntamente 8,8% da nossa matriz elétrica em 2017, mostrando que está na hora de a energia renovável e de qualidade retornar ao cenário energético nacional. Que ao longo de 2010 consolidemos esta oportunidade para as fontes de geração ambientalmente sustentáveis.

Zilmar José de Souza é assessor em bioeletricidade da Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e professor da FGV-SP

Abar manifesta preocupação com preservação dos contratos de concessão (CanalEnergia) 21/12/09

Em carta aberta, entidade afirma que papel de reguladoras é manter contratos de concessão
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação, Wanderlino Teixeira de Carvalho, manifestou preocupação com diversas iniciativas que representem riscos de ruptura de contratos de concessão. Segundo ele, várias iniciativas contra os contratos surgiram no cenário, como propostas da regulamentação da exploração de jazidas de petróleo e gás natural localizadas no pré-sal e a CPI das Tarifas de Energia, que envolveu a Agência Nacional de Energia Elétrica na qual parlamentares chegaram a defender mudanças nos contratos, ao tratar da mudança da metodologia de cálculo da Parcela A.

Na semana passada, a entidade divulgou carta aberta na qual respaldou e garantiu apoio às decisões de agências reguladoras associadas na direção da preservação dos contratos de concessão. "Nós entendemos cabe à agência reguladora cumprir os contratos", disse Wanderlino à Agência CanalEnergia. Para ele, quem tem poder de mudar os contratos é apenas o Poder Concedente. Utilizando-se da figura de um triângulo equilátero como exemplo, o executivo destacou que o papel das agências é o de emitir decisões que não resultem em favorecimento apenas para um dos vértices, que seriam compostos pelo governo, pelos consumidores e pelos concessionários.

"A agência está no centro geométrico deste triângulo. O papel dela é fazer a mediação entre estes três atores institucionais", salientou Wanderlino. No caso da Aneel, o presidente da Abar avalia que a agência tem cumprido o papel institucional que lhe cabe. Outro exemplo é o que trata do interesse de algumas agências de ter o papel de emitir outorgas, discussão esta travada no âmbito da Lei das Agências, em tramitação no Congresso Nacional. Wanderlino afirma que a concessão de outorgas pelas agências tira autonomia de decisão das reguladoras. "Ela passa a ser parte [do processo de concessão], comentou. "Lutamos para que as agências reguladoras sejam órgãos de Estado, não de governo".

Com relação à carta aberta, porém, Wanderlino ressaltou que o texto é genérico e não se refere apenas a casos específicos. "Fim do ano é um momento de reflexões. As agências reguladoras devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, a vigência dos contratos nas condições pactuadas entre o governo, os operadores [concessionários] e os usuários. O documento foi resultado de assembléia geral da Abar ocorrida no final de novembro, em Goiânia.

Celesc inicia entrega de geladeiras a consumidores de baixa renda (CanalEnergia) 21/12/09

Iniciativa faz parte do programa de eficiência energética da companhia, que distribuirá cerca de 2.550 equipamentos à população no Vale do Itajaí
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Celesc D (SC) iniciou na última sexta-feira, 18 de dezembro, a entrega de geladeiras eficientes a consumidores no Vale do Itajaí. Com investimentos da ordem de R\$ 2,2 milhões, a iniciativa faz parte do programa de eficiência energética da companhia para atender consumidores de baixa renda em municípios atingidos pelas fortes chuvas ocorridas em novembro do ano passado. No total, serão entregues 2.550 refrigeradores de baixo consumo de energia.

Para receber o novo equipamento, o consumidor, cadastrado pela defesa civil do município, deverá entregar o refrigerador antigo, que será destruído e reciclado por uma empresa especializada. De acordo com a Celesc D, os municípios beneficiados com o programa são Benedito Novo, Blumenau, Brusque, Camboriú, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Luiz Alves, Nova Trento, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.

Petrobras assina aditivo ao contrato de suprimento de gás natural com a YPFB (CanalEnergia) 21/12/09

Aditivo permite pagamento pela parte das frações líquidas de gás natural que elevarem para além de 8900 kcal/m³ o poder calorífico dos volumes importados da Bolívia
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Petrobras assinou na última sexta-feira, 18 de dezembro, aditivo ao contrato de suprimento de gás natural com a Yacimientos Petrolíferos Bolivianos (YPFB). O aditivo permite o pagamento pela parte das frações líquidas de gás natural que elevarem para além de 8900 kcal/m³ o poder calorífico dos volumes importados da Bolívia a partir de 2 de maio de 2007.

O referido aditivo tem o mesmo prazo do contrato original e os pagamentos serão calculados mensalmente com base nos preços internacionais e terão um limite mínimo anual de US\$ 100 milhões e máximo de US\$ 180 milhões.

Definido repasse final de saldos da Recomposição Tarifária Extraordinária (CanalEnergia) 21/12/09

Resolução aprovada fixa forma e prazo de repasse da Energia Livre, com remuneração financeira pela Taxa Selic
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou as metodologias e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. A resolução aprovada fixa a forma e o prazo de repasse final da Energia Livre, com remuneração financeira pela Taxa Selic.

O documento estabelece ainda a obrigação de encaminhamento à Aneel, até 31 de janeiro de 2010, de todas as informações relativas ao faturamento da RTE, à amortização dos saldos de Energia Livre e Perda de Receita e as diferenças dos repasses financeiros. Os valores do repasse final devem ser editados no prazo de até 90 dias, contados a partir da data final de envio das informações pelas distribuidoras.

Neenergia paga R\$ 140 milhões em juros sobre capital próprio (CanalEnergia) 21/12/09

Pagamento será realizado a partir do dia 16 de junho de 2010. Proposta foi aprovada pelo conselho de administração no último dia 17 de dezembro
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Neenergia realizará em junho de 2010 o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da empresa. O valor total de dividendos é de R\$ 140 milhões correspondentes a R\$ 0,0239290217 por ação ordinária e será pago a partir do

dia 16. Segundo a companhia, a proposta foi aprovada pelo conselho de administração no último dia 17 de dezembro. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (21) 3235-9824 ou e-mail ri@neoenergia.com.

Sobradinho trabalha com 64,15% da capacidade (CanalEnergia) 21/12/09

Reservatórios do Nordeste atingem 62,8% do volume armazenado. Índice está 38% acima da curva de aversão ao risco, segundo ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 64,15% da capacidade de armazenamento, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 20 de dezembro. Os reservatórios do Nordeste atingem 62,8% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios registram alta de 0,5%, atingindo 52,7% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 35,59% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram baixa de 0,1% e atingem 71,8% do volume. O índice está 47,9% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de São Simão e Marimbondo operam com 74,20% e 83,80%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 96,8% mantendo-se estável. O índice está 76,2% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Real trabalha com 89,71% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 62,8% do volume acumulado, com alta de 0,2%. O índice está 38% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 64,15% da capacidade.

Outras informações sobre níveis de armazenamento, por submercado ou pelos principais reservatórios do país, bem como a geração de gráficos comparativos, podem ser acessadas na Seção Reservatórios do Monitor Energia.

Negociações em Copenhague ficam aquém do esperado, diz executivo da ONU (CanalEnergia) 21/12/09

Lula criticou a posição dos Estados Unidos na conferência, apesar de acordo fechado na reunião Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O secretário-executivo da COP 15, que também é secretário da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas, Yvo de Boer, disse que o acordo para mudanças climáticas firmado em Copenhague, na Dinamarca, ficou aquém do esperado. O encontro resultou em uma "carta de intenções" que, segundo de Boer, será preciso trabalhar para torná-la real, mensurável e verificável.

"O mundo sai de Copenhague com um acordo. Mas claramente, as ambições precisam subir significativamente se queremos manter o aumento da temperatura global em 2º Celsius", afirmou. O chamado Acordo de Copenhague foi aprovado sem unanimidade, como exige o procedimento das Nações Unidas para que entre em vigor. O acordo prevê ações para a manutenção do aumento da temperatura global a 2ºC, mas não define qualquer redução de emissões de gases que provocam efeito estufa.

O documento, contudo, prevê a criação de um fundo emergencial de US\$ 30 bilhões, nos próximos três anos, para ajudar países pobres a combater causas e efeitos das mudanças do clima, além de angariar recursos para financiamentos de longo prazo de até US\$ 100 bilhões até 2020. O documento foi resultado do encontro entre Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Índia e China e, por isso, não foi reconhecido por representantes de diversas nações como Sudão, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, entre outras.

Já o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, saudou o acordo como "um começo importante". Ele ressaltou, porém, que o acordo precisa ser transformado em um tratado com valor legal no próximo ano. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou a posição dos Estados Unidos durante a conferência e disse que, apesar de um acordo parcial, a COP 15 só conseguiu resolver parte do problema.

Lula disse ainda, durante seu programa semanal de rádio Café com Presidente, que a redução de emissões de gases do efeito estufa deve ser encarada como um tema prioritário pelos governantes, principalmente os de países desenvolvidos,

que historicamente emitiram mais e são mais responsáveis pelo aquecimento do planeta. O presidente citou os Estados Unidos, que nunca ratificaram o Protocolo de Quioto.

"Os Estados Unidos, ao tomarem essa atitude, fizeram com que muito países europeus e mais o Japão, que são signatários de Quioto, quisessem acabar com o protocolo, não deixando nada no lugar, para que eles também não tivessem mais os compromissos com metas", avaliou Lula. Ele disse ainda que as metas brasileiras apresentadas na conferência, de redução das emissões nacionais de GEE entre 36,1% e 38,9% até 2020, serão consolidadas com força de lei.

Sem um acordo definitivo para combater as mudanças climáticas, serão necessárias novas negociações em 2010 para que uma nova estratégia global possa ser discutida. "Vamos tentar chegar a um acordo obrigatório com valor legal até a COP-16, no México", disse Yvo de Boer. A próxima reunião do clima será realizada no fim de 2010 no México, mas antes haverá uma reunião preparatória na Alemanha. Com informações da Agência Brasil.

Coelce PNA opera em queda de 1,62% (CanalEnergia) 21/12/09

IEE alcança os 23.972 pontos com alta de 0,65% assim como Ibovespa, que chegou aos 67,375 pontos e registrou alta de 0,87%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Coelce PNA opera em queda de 1,62% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 21 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Terna Part UNT (-0,93%), acompanhada da Tractebel ON (-0,90%). A MPX Energia ON opera em alta de 2,09%, acompanhada pela Copel PNB (1,95%) e Cemig PN (1,75%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 23.972 pontos, com alta de 0,65% assim como o Ibovespa, que chegou aos 67.375 pontos e registrou alta de 0,87%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,85%
AES Tietê PN: -0,64%
Celesc PNB: 1,27%
Cemig PN: 1,75%
Cesp PNB: 1,56%
Coelce PNA: -1,62%
Copel PNB: 1,95%
CPFL Energia ON: 0,65%
Eletrobrás PNB: 0,29%
Energias do Brasil ON: 1,31%
Equatorial ON: 0,11%
Light ON: 0,76%
MPX Energia ON: 2,09%
Tractebel ON: -0,90%
Terna Part UNT: -0,93%
Transmissão Paulista PN: 1,61%

Petrobras anuncia vencedores para construção e operação de unidade de GNL embarcado (CanalEnergia) 21/12/09

Empreendimento vai operar na área de pré-sal da Bacia de Santos, segundo estatal, que integra consórcio com BG Group, Repsol e Galp Energia

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Petrobras, o BG Group, a Repsol e a Galp Energia, parceiras em joint venture, firmaram, nesta sexta-feira, 18 de dezembro, contratos com as empresas vencedoras da licitação para desenvolverem os FEEDs (Front End Engineering and Design) relativos à construção de uma unidade de liquefação de gás natural embarcada para aproveitamento do gás natural do pré-sal. As empresas Saipem, da Itália, e os consórcios SBM (Suíça)/Chiyoda (Japão) e Technip (França)/JGC (Japão)/Modec (Japão), com experiência na construção de unidades flutuantes de produção, estocagem e escoamento de petróleo e gás e de plantas de GNL, foram as vencedoras da licitação.

O prazo para desenvolvimento dos FEEDs foi até o último dia 16. Após análise de sua viabilidade técnica e econômica, e de outras soluções alternativas, como a instalação de gasodutos submarinos, será decidida em 2011 a melhor para escoamento do gás do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos. Depois da escolha a alternativa mais viável técnica e economicamente, será aberta uma nova licitação para escolher qual dos três grupos será responsável pela construção e operação do empreendimento, cuja conclusão é planejada para julho de 2015.

A unidade de GNLE é um projeto inédito no mundo, e operará na Bacia de Santos, localizado a uma distância de cerca de 300 quilômetros da costa brasileira. A unidade será instalada próxima às unidades flutuantes de produção, estocagem e escoamento de petróleo e gás e receberá até 14 milhões de m³/dia de gás associado, executando seu processamento e liquefação. Na unidade também será feito o armazenamento e a transferência dos produtos processados (GNL, propano e butano) para navios que farão o transporte até o mercado consumidor. O GNL será entregue em terminais de regaseificação, onde o gás natural é transformado do estado líquido para o gasoso e, finalmente, injetado na malha de gasodutos. No Brasil, os terminais de regaseificação de GNL da Petrobras estão instalados em Pecém (CE) e na Baía de Guanabara (RJ).

Guascor construirá maior parque eólico do mundo na Patagônia (CanalEnergia) 21/12/09

Serão instalados 700 aerogeradores em 6.500 hectares alugados por trinta anos na Argentina
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O Grupo Guascor construirá o maior parque eólico do mundo na Patagônia, Argentina. Serão investidos US\$ 2,4 bilhões no projeto e instalados 700 aerogeradores em 6.500 hectares alugados pelo governo estadual em Pico Truncado, em Santa Cruz, por 30 anos. O local foi escolhido devido ao seu grande potencial eólico, com ventos fortes e regulares.

Segundo o presidente do grupo, Joseba Grajales, o empreendimento representa 5% da matriz energética da Argentina, em termos de potência. Grajales disse que a potência do empreendimento eólico será superior à das maiores eólicas da Europa, como a de 400 MW instalada na Irlanda. Atualmente, o maior empreendimento eólico da Argentina está localizado em Comodoro Rivadavia e atinge pouco mais de 17 MW

O início das obras está previsto para 2010 e deve durar três anos até a conclusão. Serão gerados cerca de 1.500 postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos. Com o objetivo de aproveitar a mão-de-obra local e formar profissionais qualificados, a prefeitura de Pico Truncado, em conjunto com os representantes da empresa espanhola, lançou uma campanha para estimular a capacitação de jovens e está organizando diversos cursos técnicos, com instrutores da própria Guascor.

Angra 1 e Angra 2 atingem produção total acumulada de 150 milhões de MWh (CanalEnergia) 21/12/09

Expectativa é que duas usinas terminem ano com geração aproximada de 152 milhões de MWh, segundo Eletronuclear
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Angra 1 e Angra 2 atingiram a produção total acumulada de 150 milhões de MWh. O valor foi atingido no último dia 7 de novembro às 18:21 horas. Segundo a Eletronuclear, a expectativa é que as duas usinas terminem o ano com a produção aproximadamente de 152 milhões de MWh.

UHE Corumbá III inicia testes na segunda turbina (CanalEnergia) 21/12/09

Unidade geradora tem 47,7 MW e usina está localizada no município de Luziânia, em Goiás
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste da unidade geradora UG2, de 47,7 MW, da hidrelétrica Corumbá III. Localizado no município de Luziânia, em Goiás, o empreendimento pertence ao Consórcio Empreendedor Corumbá III, que terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada das turbinas. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última sexta-feira, 18 de dezembro.

Aberta audiência pública sobre instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas (CanalEnergia) 21/12/09

Interessados devem encaminhar contribuições pelo e-mail ap053_2009@aneel.gov.br até às 18 horas do próximo dia 1º de fevereiro

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Foi aberto nesta quinta-feira, 17 de dezembro o período de contribuições para a audiência pública 53/2009, sobre ato normativo que trata das condições e dos procedimentos para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas com monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água. O objetivo da Aneel é obter subsídios e informações para o aprimoramento do ato. As contribuições podem ser encaminhadas pelo e-mail ap053_2009@aneel.gov.br até às 18 horas do próximo dia 1º de fevereiro de 2010.

SINDICAL

Não há novas reportagens nos sites da CUT Nacional e CUT SP.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

